

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS  
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO**

BRENA DE AZEVÊDO LINDOSO

**A CIDADE SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA:**  
UM ESTUDO DE CASO ANTROPOLÓGICO BASEADO NO DISCURSO  
INFANTIL ENQUANTO A(U)TOR DO AMBIENTE URBANO

São Luís  
2019

**BRENA DE AZEVÊDO LINDOSO**

**A CIDADE SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA:**  
UM ESTUDO DE CASO ANTROPOLÓGICO BASEADO NO DISCURSO  
INFANTIL ENQUANTO A(U)TOR DO AMBIENTE URBANO

Trabalho Final de Graduação apresentado ao  
Curso de Arquitetura e Urbanismo da  
Universidade Estadual do Maranhão como  
requisito para obtenção do grau de bacharel  
em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof. Dra. Rose-France de  
Farias Panet

São Luís

2019

**BRENA DE AZEVÊDO LINDOSO**

**A CIDADE SOB A PERSPECTIVA DA CRIANÇA:  
UM ESTUDO DE CASO ANTROPOLÓGICO BASEADO NO DISCURSO  
INFANTIL ENQUANTO A(U)TOR DO AMBIENTE URBANO**

Trabalho Final de Graduação apresentado ao Curso de  
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do  
Maranhão como requisito para obtenção do grau de  
bacharel em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovado em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dra. Rose-France de Farias Panet (Orientadora)  
Universidade Estadual Do Maranhão

---

Prof. Esp. Camilla Sousa Costa Sallem  
Universidade Estadual do Maranhão

---

Thiscianne Mesquita Viana  
Arquiteta e Urbanista

Ao Senhor, Autor e Arquiteto do universo,  
dedico minha vida e todo fruto de minhas  
mãos. À minha avó, Raimunda Lindoso,  
cuja existência traduzida em altruísmo e  
resiliência, transformou-se em diária  
saúde.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, toda gratidão que existir em mim. Pelos dons concedidos, pelo amor e cuidado demonstrados em cada detalhe em todos os dias de minha existência. A Ele, e somente Ele, toda a Glória por tudo que sou e tenho me tornado. Chegar aqui perceber que Deus é, acima de tudo, fiel. Que a cada dia eu seja instrumento de Suas mãos e que Seu caráter seja visto através de mim.

Aos meus pais, por todo esforço dedicado a mim na busca dos meus sonhos. Obrigada por todos os ensinamentos que me fizeram chegar até aqui e por não medirem esforços para que esse momento se concretizasse. O mérito da minha graduação é tanto meu quanto de vocês.

Às minhas avós, Terezinha Lins e Raimunda Lindoso, que me cobriram com um amor cuja intensidade nunca poderei descrever, bem como o que ambas significam para mim. Aqui me faltam palavras, e limito-me a dizer que levo em mim acesa a chama da gratidão por suas mãos sempre presentes para me guiar e cuidar.

Aos meus irmãos, Vinícius e Daniel Lindoso, com quem divido meus momentos e lembranças mais profundas, com quem cresço diariamente e quem sempre defenderei com todas as minhas forças.

A Camila Everton, em quem esbarro e novamente as palavras me faltam. Obrigada por estar e ser. Por somar e dividir. Em ti vejo completude e onde desagua todo meu bem querer. Tenho orgulho de nos ver crescendo juntas, de onde temos chegado. E assim seguiremos. Für immer und immer.

Às minhas amigas-irmãs Brendha Moraes, Bruna Lima e Laryssa Bernardes, em quem encontrei apoio incondicional e a felicidade de dividir não apenas vida acadêmica. Virmos família, nos entendemos no olhar sempre disposto a compreender e evoluir. Obrigada meninas. Só nós entenderemos o que vivemos. Chegamos aqui de mãos dadas, como fizemos desde o começo, e assim faremos sempre.

A Polyana Carvalho, Paulo Victor, Amanda Tupinambá, Renan Cutrim, Camila Serra e Rosinaldo Dantas, minha gratidão por me marcarem de forma tão profunda. Tenho em vocês a amizade que, talvez até nem mereça, mas que sempre serei grata.

À dona Neuma, diretora da Creche Renascer, obrigada por acreditar nesse trabalho e por me conceder o espaço necessário para desenvolvê-lo. Para mim, foi uma honra poder conviver e testemunhar de um projeto de tanto impacto social quanto este desenvolvido na escola.

À Thiscianne Mesquita, agradeço por, sem nem saber, influenciar tão positivamente minha vida profissional. Comprometo-me a honrar teus ensinamentos e espero, um dia, ser para alguém a referência de reponsabilidade, ética e profissionalismo que fostes (e és) para mim.

À Rose Panet, minha tão gentil orientadora, gratidão sem fim! Jamais poderia ter vivenciado a experiência de um Trabalho de Conclusão de Curso com orientadora melhor. Obrigada por embarcar comigo nesse desafio com tanta responsabilidade e humanidade. Agradeço por todo conhecimento compartilhado, todas as palavras de elogio e incentivo e por acreditar na educação como instrumento mudança. Sua luta não será em vão.

Por fim, agradeço à Universidade Estadual do Maranhão, que, mesmo em tempos sombrios de total incerteza, permanece cumprindo seu papel social na formação, não apenas de profissionais, mas de cidadãos.

*“Quando guri, eu tinha que me calar à mesa;  
Só as pessoas grandes falavam. Agora,  
depois de adulto, tenho de ficar calado para  
as crianças falarem. ”*

*Mário Quintana*

## RESUMO

O presente trabalho discute o papel da infância na construção da cidade, seja esta, em termos estruturais ou sociais, bem como busca entender as cidades sob a perspectiva da criança dotada de necessidades e anseios. Haja vista que as relações do ser/cidade interferem diretamente na formação do cidadão, torna-se necessário o entendimento de como a imagem social em torno da infância impotente pode ser substituído pela participação e direito à voz nos espaços públicos. O estudo proposto tendo como enfoque a análise das percepções de um grupo de crianças da Vila Cascavel acerca do espaço urbano, traduz a importância de um processo participativo de planejamento urbano, tendo como enfoque tal grupo, que mesmo presente em todas as épocas e estratos sociais, é negligenciado. Deste modo, a fim de contribuir de forma prática com políticas públicas de planejamento urbano, estruturou-se um compilado em síntese das principais sugestões das crianças para uma cidade que estas consideram ideal.

**Palavras chave:** Infância. Cidade. Planejamento urbano. Processo Participativo.



## LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da figura infantil na Idade Média .....	20
Figura 2 - São Nicolau e crianças .....	21
Figura 3 - Como as crianças definem a cidade .....	27
Figura 4 - Comparativo de modelos antropométricos .....	30
Figura 5 - Escala infantil negligenciada frente à cidade.....	32
Figura 6 - Cidade gradeada, restritiva e segregadora .....	35
Figura 7 - Um protesto silencioso pelo direito de vivenciar a cidade .....	36
Figura 8 - Washington Park Playground, 1907 .....	37
Figura 9 - Hazelwood Parklet, 1950 .....	38
Figura 10 - Brinquedos depredados em parquinho de São Paulo .....	40
Figura 11 - Lixo nos parquinhos .....	40
Figura 12 - Coreto da Praça Gonçalves Dias (Anos 50) .....	42
Figura 13 - Rua dos Afogados (1958) .....	42
Figura 14 - Praça Gonçalves Dias (1967) .....	43
Figura 15 - Comparativos entre os ambientes ideais desenhados por duas crianças: a paz rural versus a modernidade futurista .....	48
Figura 16 - Escada da participação de Roger Hart.....	50
Figura 17 - Trabalho editorial de Ward, 1970 mostrando restrições impostas às crianças .....	51
Figura 18 - Crianças participando da Assembleia Municipal de Aveiro, 2011 .....	56
Figura 19 - Autonomia na mobilidade das crianças em Aveiro .....	56
Figura 20 - Intervenção na rua feita por crianças do projeto Criança Fala.....	60
Figura 21 - Mapa do bairro Glicério, São Paulo.....	61
Figura 22 - Atividades ao ar livre no bairro Glicério .....	62
Figura 23 - Pintura das ruas do bairro Glicério .....	63
Figura 24 - “Cantinho das crianças” .....	63
Figura 25 - Mapa Afetivo do Glicério .....	65
Figura 26 - Apropriação das escadarias do Glicério .....	65
Figura 27 - População de crianças e adolescentes em São Luís (2018) .....	69
Figura 28 - Creche Renascer, Vila Cascavel.....	70
Figura 29 - Espaços livres utilizados pelos moradores da Vila Cascavel.....	76
Figura 30 - Mapa lúdico para estímulo da espacialidade durante passeio .....	78

Figura 31 - Representação da cidade: Aylla, 5 anos .....	86
Figura 32 - Representação da cidade: Ketllyn, 5 anos .....	86
Figura 33 - Elementos componentes das cidades segundo as crianças .....	87
Figura 34 - Trecho da música “A Cidade Ideal” .....	89
Figura 35 - Diferentes faixas etárias em convívio na Praça Xavier de Brito.....	91
Figura 36 - Crianças brincando em ruas fechadas de Edimburgo, Escócia.....	93
Figura 37 - Brincadeira de rua na Avenida Paulista .....	94
Figura 38 - Crianças apontando problemas em sua comunidade na Índia .....	95
Figura 39 - Pátio de escola em Boston .....	97
Figura 40 - Criança em horta comunitária de Araraquara.....	97
Figura 41 - Crianças pintando fachada na iniciativa do bairro Glicério .....	98
Figura 42 - Espaço desenvolvido pelo Erê Lab .....	99
Figura 43 - Mobiliário efêmero para crianças .....	99
Figura 44 - Atributos do bom espaço público segundo a PPS.....	101
Figura 45 - Criança durante ação do projeto “Se Liga na Praça” .....	101

## LISTA DE FOTOS

Foto 1 - Chegada do grupo ao Centro Histórico com mapa lúdico em mãos .....	79
Foto 2 - Primeira parada no Centro Cultural Vale.....	79
Foto 3 - Parada em escadaria da praça Nauro Machado .....	80
Foto 4 - Crianças em exposição temática .....	81
Foto 5 - Exposição sobre modos de vida pré-históricos .....	81
Foto 6 - Contato do grupo com instrumentos indígenas expostos.....	82
Foto 7 - Primeiro contato: crianças em atividade livre .....	84

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos das Cidades Amigas das Crianças .....	53
Quadro 2 - Propostas de intervenção das crianças de Aveiro, Portugal .....	55
Quadro 3 – Estratégias de intervenção e visibilidade para o segmento de crianças e jovens em Aveiro paras os anos de 2019 a 2021 .....	57
Quadro 4 - Roteiro de atividades do Eixo Temático “A Cidade e a Comunidade” .....	83
Quadro 5 - Roteiro de atividades do Eixo Temático “Construindo a Cidade” .....	85
Quadro 6 - Roteiro de atividades do Eixo Temático “A Cidade que Queremos” .....	88

## LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Ilha de São Luís .....	66
Mapa 2 - Mapa do Índice de Desigualdade Socioespacial de São Luís – IDSE / SL	67
Mapa 3 - Localização Vila Cascavel.....	73
Mapa 4 - Mapa de Caracterização de pontos da Vila Cascavel .....	75

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
1.1	Justificativa .....	17
1.2	Objetivos.....	18
1.2.1	Objetivo geral .....	18
1.2.2	Objetivos específicos.....	18
1.3	Metodologia.....	19
<b>2</b>	<b>A CONTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA.....</b>	<b>20</b>
2.1	A posição histórica da infância.....	20
2.2	A infância na contemporaneidade e a instituição da afonia infantil.....	23
2.3	Criança escuta e fala: vez e voz.....	25
<b>3</b>	<b>CRIANÇAS NO ESPAÇO URBANO – RESTRIÇÕES E DESCOBERTAS .....</b>	<b>27</b>
3.1	Quem faz a cidade? .....	27
3.2	Escalas urbanas.....	29
3.3	A cultura do medo na infância - A cidade enquanto lugar de perigo ....	32
3.4	Os espaços livres públicos infantis.....	36
3.5	O papel educador da cidade na construção do cidadão.....	40
<b>4</b>	<b>INFÂNCIAS URBANAS.....</b>	<b>44</b>
4.1	Urbanistas e a infância – os estudos de Lynch, Hart e Ward .....	44
4.2	As cidades amigas da criança .....	52
4.2.1	O exemplo de Aveiro – Portugal .....	54
4.3	Empoderamento infantil – o urbanismo inclusivo no caso do projeto CriaCidade .....	59
<b>5</b>	<b>ESTUDO DE CASO: A INFÂNCIA NA VILA CASCAVEL- PERCEBENDO E SONHANDO A CIDADE DE SÃO LUÍS. ....</b>	<b>66</b>
5.1	Breve análise da infância em São Luís.....	66
5.2	Descrição metodológica do Estudo de Caso.....	70

5.2.1	Situação urbano-social da Vila Cascavel .....	72
5.2.2	Encontro – Passeio: descrição e impressões .....	77
5.2.3	Resultados Finais: Descrição e análise a partir do Encontro - Temático 82	
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>102</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>104</b>
	<b>APÊNDICE A – ENTREVISTA .....</b>	<b>115</b>
	<b>APÊNDICE B – ATA ILUSTRADA .....</b>	<b>117</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O ambiente urbano e as relações que ele estabelece com os indivíduos que nele habitam são importantes instrumentos de análise das estruturas sociais vigentes. A cidade, à mesma medida que molda tais relações, é modificada por elas. Mas quem seriam esses agentes modificadores e construtores dos espaços das cidades?

Consoante Praxedes (2015), a construção da cidade segue uma dinâmica pré-estabelecida: os habitantes são os responsáveis pela manutenção da máquina estatal através do pagamento de tributos. Em resposta a essa dinâmica, os órgãos de competência do Estado, através de suas ferramentas de gestão, atuam na captação das demandas da sociedade afim de buscarem soluções práticas através da execução de projetos.

Nota-se nessa complexa estrutura o envolvimento de diversos interesses, sejam eles econômicos, de mobilizações sociais, crenças, dispositivos institucionais ou políticos. Ao longo dos séculos, diversos grupos minoritários lutaram – e lutam – legitimamente por seu lugar de voz nesse cenário. Vê-se, por exemplo, a evolução dos espaços ocupados pela mulher nas causas políticas, sociais e urbanas.

No entanto, um grupo pertencente a todos os estratos sociais, presente em toda as épocas, passadas e vindouras, permanece em total invisibilidade: as crianças. Baudrillard (1985), nessa perspectiva, inclui as crianças no que definiu como uma “maioria silenciosa”.

No âmbito do planejamento urbano, a negligência da voz infantil dá-se de maneira enfática à medida que as crianças são erroneamente consideradas imaturas demais para conceberem o pensamento crítico necessário para tal empreitada. Este trabalho, portanto, orientar-se-á no sentido de entender em qual medida as vivências de uma criança podem ser consideradas no planejamento e execução da vida urbana de uma cidade e como elas podem contribuir para a construção do ambiente urbano.

Lima (2002) considera a sociedade, enquanto instituição, como precedente à própria origem da cidade. No entanto, a história relata em diversos momentos que esta dita “sociedade” excluiu de forma taxativa as percepções da criança em suas agendas, sejam elas urbanas ou não. Haveria então uma contradição de termos? Ou um erro histórico em relação à quando, de fato, constituímos cidades, com a participação e inclusão de todos seus indivíduos?



Corsi (2017), afirma que “encontramo-nos num cenário ruidoso, preenchido pela postura beligerante de nossos agentes contemporâneos aos quais as cidades estão submetidas e, novamente, também a arquitetura.” Tais agentes encontram-se, em muito, distanciados da realidade infantil pela afonia que lhe é imposta e pela estruturação de ambientes cada vez mais hostis, seja pela criação de ambientes desproporcionais ou pelo terror psicológico que impede a infância de se relacionar com as ruas.

A partir destas considerações, visa-se rebater as imposições de silêncio às crianças e demonstrar o quão capazes são de criar cidades mais humanas e igualitárias, além de abrir caminhos para estudos subsequentes que cruzem campos de conhecimentos relacionados ao urbanismo e à sociologia da infância.

### **1.1 Justificativa**

No Brasil, segundo dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, e estratificados pela fundação Abrinq, a população com idades entre 0 e 19 anos correspondeu a um total de 33% da população no ano de 2018. No mesmo ano, o estado do Maranhão, segundo a mesma pesquisa, registrou a porcentagem ainda maior de 41,3% de sua população total na mesma faixa etária.

Desde o século XX a figura da criança passou a ser sujeito de direitos previstos em constituição, com garantia de resguardo por parte do Estado. Entretanto, apesar dos direitos reconhecidos, no campo do exercício dos direitos e opiniões sobre as cidades, as crianças têm sido deixadas aquém e à sombra das imposições “adultocêntricas” acerca dos lugares ocupados por elas.

Discutir a importância da participação infantil na construção urbana e levar em consideração os seus anseios para o presente e futuro pode ser um passo decisivo para o firmamento de gerações socialmente atuantes e afetivamente conectadas ao espaço comum público. Em contrapartida, negligenciar a importância das percepções infantis sobre seus locais de convivência pode significar a formação de cidadãos indiferentes às questões públicas, bem como o agravamento de problemas sociais que assolam as cidades como a violência e a degradação urbana.

Com relação à importância no meio acadêmico, a maior produção de estudos urbanísticos voltados para compreender o universo infantil como integrante da

construção urbana pode convergir para um processo de transformação nos métodos aplicados pelos planejadores urbanos, iniciando-se nas academias e sendo estendidas ao meio social. No curso de Arquitetura e Urbanismo, aliar diferentes áreas do saber, como a Antropologia e Psicologia Social, pode agregar perspectivas novas para um aprendizado mais holístico.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

Analisar as percepções de um grupo de crianças de baixa renda acerca do espaço urbano, tendo como microambientes de estudo: suas moradias, locais de convívio e o Centro Histórico de São Luís.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Reconhecer a criança não apenas como ator, mas como agente capaz de também ser autor da cidade, através de processos de apropriação e interação com a paisagem;
- Debater a constituição dos espaços urbanos sob a perspectiva das sensações infantis;
- Analisar políticas aplicadas a outros municípios sob a égide das “cidades amigas da criança”;
- Promover a experimentação de espaços da cidade como ferramenta de análise, bem como recursos de escrita e desenho.
- Verificar como a interação com a paisagem influencia a criança na interação com outros indivíduos;

### 1.3 Metodologia

A metodologia aplicada à pesquisa deste Trabalho de Conclusão de Curso possui caráter exploratório e abordagem qualitativa. Para melhor execução do trabalho, a pesquisa foi dividida em três etapas, exploradas a seguir:

- 1º Etapa – Aprofundamento do referencial teórico, embasada em consultas bibliográficas a partir de estudiosos dos campos urbanístico, sociológico, antropológico e psicopedagógico.
- 2º Etapa – Pesquisa de campo que envolve a provocação das percepções dos atores centrais desta pesquisa: as crianças. Baseado na metodologia aplicada por Kuhnen e Silveira (2008), o estudo de caso proposto pauta-se na análise da assimilação ambiental de um grupo de crianças de baixa renda do bairro Vila Cascavel, na cidade de São Luís, como forma de captura dos anseios das mesmas com relação à cidade. Para tal, promoveu-se um passeio dirigido ao Centro Histórico, onde as crianças puderam interagir entre elas e com o ambiente construído. Para entendimento das percepções, instituíram-se eixos temáticos, nos quais, através de atividades lúdico-expressivas, entrevistas, desenhos e diagramas, foram instituídos três temas base: a cidade e a comunidade, construindo a cidade e a cidade sonhada.
- 3º Etapa - Conclusão com a elaboração de uma breve “ata” contendo os principais apontamentos feitos pelas crianças com relação à cidade e ao lugar onde moram. A partir disso, será possível demonstrar como as crianças podem contribuir para o planejamento urbano, não apenas como sujeito passivo, receptor de soluções, mas como agente ativo e solucionador.

## 2 A CONTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA

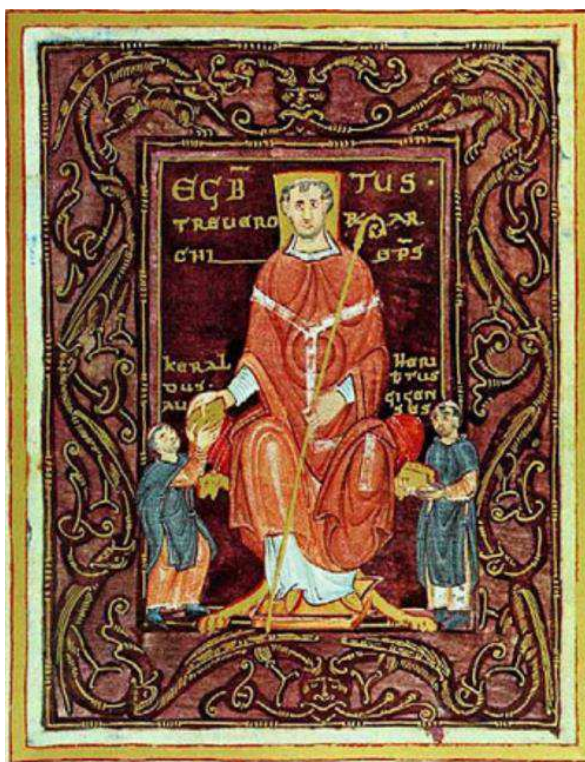
### 2.1 A posição histórica da infância

A infância diz respeito à única fase da formação humana inerente a qualquer indivíduo. Ainda que, porventura, este não chegue à senilidade ou mesmo à fase adulta, todos aqueles que chegaram, um dia, foram crianças. Os impactos da infância na concepção sociocultural do sujeito ainda são objetos de estudos presentes em diversos campos das ciências humanas e sociais.

O historiador francês Philippe Ariès dedicou grande parte de seus estudos ao entendimento da construção social da infância e das relações familiares. Em seu livro *A história social da criança e da família* (1973), Ariès discorre sobre diversos aspectos do olhar acerca da criança ao longo de fases da história da humanidade.

O primeiro aspecto destacado pelo autor enfatiza a invisibilidade da criança até o século XII. A arte medieval, até então, não se ocupava em retratá-las com singularidade. A exemplo do evangelário de Otto III, observa-se que nem mesmo as representações da infância ocorrem de forma realista, limitando-se apenas ao desenho de adultos em tamanho reduzido.

**Figura 1** - Representação da figura infantil na Idade Média



Fonte: FRANÇA, 2012

Outra representação citada por Ariès (1973) é a do milagre de São Nicolau à três crianças, representadas de maneira semelhante à obra anterior: a escala de representação é apenas reduzida para, assim, identificar que se trata de uma criança. A peculiaridade desta obra fica a cargo a nudez representada também nos moldes de um adulto, técnica que se perdurou até o século XVIII.

**Figura 2 - São Nicolau e crianças**



Fonte: LA FRANCE PITTORESQUE, 2017

A partir deste século apenas, o autor destaca o fim da negligência da própria identidade presente na Idade Média. A idade e até mesmo o próprio nome não eram encarados como itens de importância no reconhecimento dos cidadãos. Tal importância da idade passa a ser imputada aos registros civis, porém contemplando somente as camadas sociais com maiores níveis de instrução, fato aliado ao advento das escolas.

Nesse momento histórico, ocorre o reconhecimento das “idades da vida” e do desenvolvimento biológico. Relacionadas as descobertas da astrológicas, as idades correspondiam ao número de planetas, sendo estas: infância, pueritia, adolescência,

juventude, senectude, velhice e a última fase, nomeada pelo autor em latim pelo termo “senies”.

A designação atual de infância compreendia as duas primeiras fases da época, assim designadas por Ariès:

A primeira idade é a infância que planta os dentes, e essa idade começa quando a criança nasce e dura até os 7 anos, e nessa idade aquilo que nasce é chamado de enfant (criança), que quer dizer não-falante, pois nessa idade as pessoas não podem falar bem nem formar perfeitamente suas palavras, pois ainda não tem seus dentes bem ordenados nem firmes, como dizem Isidoro e Constantino. Após a infância, vem a segunda idade... chama-se pueritia e é assim chamada porque nessa idade a pessoa ainda é como a menina do olho, como dizia Isidoro, e essa idade dura até os 14 anos. (ARIÈS, 1973, p.6)

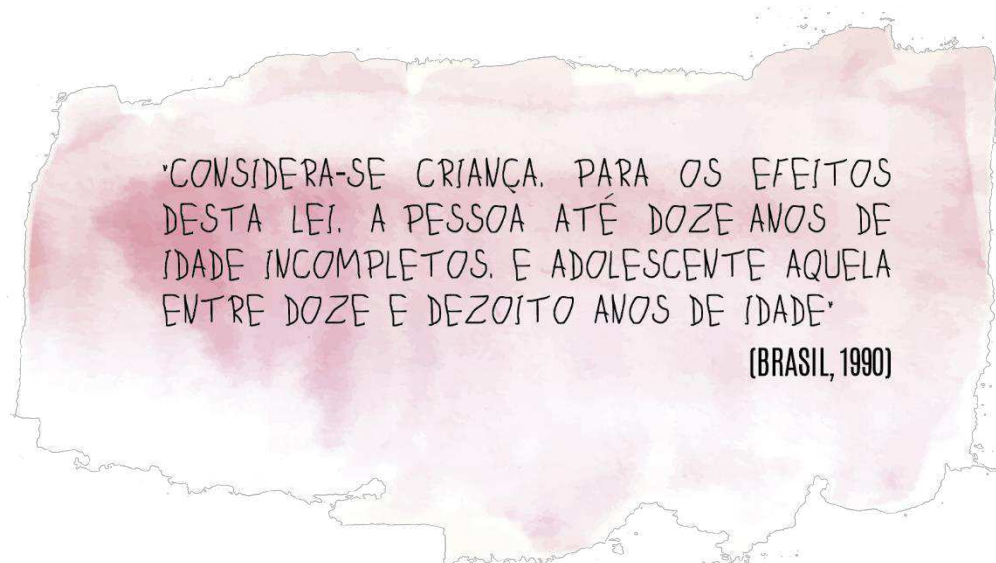
Nestas configurações, a única preocupação social durante a infância era de seu resguardo físico, distante de qualquer envolvimento afetivo e participativo. A educação escolar, advento desta época, levou a infância a um sinônimo de total dependência do adulto e a “um longo processo de enclausuramento das crianças, (como dos loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias\* e ao qual se dá o nome de escolarização.” (ARIÈS, 1973, p.11)

O espaço público de convivência ocupado pelas crianças foi paulatinamente substituído por regras e medidas disciplinares e, apesar da maior representatividade no seio familiar, a sociabilidade restrita das crianças passou a ser generalizada e evoluir até os moldes atuais de isolamento infantil da vida coletiva.

Bertuol (2008) em menção ao próprio Ariès (1973), reitera que esse progressivo afastamento das crianças e do adulto foi o precursor de diversos afastamentos sociais. Deste modo, afirma que

Embora esse processo, por si só, não nos permita compreender os relacionamentos das crianças com o mundo tal como vemos na atualidade, ele pode ser visto com um acontecimento histórico que abriu caminho para uma série de formulações no campo da infância. Mais do que isso, ele nos leva ao questionamento fundamental de que essa diferenciação entre adultos e crianças não pertence à ordem natural das coisas. As crianças não são apenas diferentes dos adultos; nós também construímos diferenças entre elas. (P. 21e 22)

## 2.2 A infância na contemporaneidade e a instituição da afonia infantil



As definições atuais de infância e de papéis sociais não permaneceram os mesmos da Idade Média e períodos anteriores. No entanto, o processo de reconhecimento da criança enquanto ser dotado de direitos só começa entre os séculos XVII e XVIII, com a formulação dos Direitos Naturais do Homem e do Cidadão.

É após a Segunda Guerra Mundial do século XX, no entanto, que a valorização e proteção da infância ganham visibilidade, e, com o aprimoramento de áreas do saber como a medicina, pedagogia e psicologia, o a necessidade da formulação dos direitos da criança. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, foi homologado no ano de 1990 sob doutrina de proteção integral e com reconhecimento da criança e do adolescente como cidadãos e sujeitos do direito. (MARCÍLIO, 1998)

A análise do ECA revela a segmentação de três partes definidas: a primeira parte, contendo das disposições preliminares aos direitos fundamentais; a segunda parte, descrevendo as entidades de atendimento e a terceira parte, contendo a descrição das penalidades em caso de violação dos direitos prescritos. (BERTUOL, 2008)

Evidentemente é inquestionável a relevância de se estabelecer parâmetros legais para o resguardo da infância na sociedade. Indicadores sociais revelam que, desde a formulação do ECA, a situação da infância brasileira progrediu em melhoramento dos índices de mortalidade, saúde, educação e políticas públicas.

No entanto, à mesma medida que a integridade física e psicológica da infância são atendidas pelo ECA, itens como participação social e combate à afonia da criança perante centros de decisões públicas são negligenciados ou tratados com menos afinco. Nota-se, nesse ponto, resquícios da ideia medieval do ser infantil desprovido de capacidade crítica e totalmente à mercê das boas e convenientes decisões dos adultos.

Bertuol (2008) em análise à constituição do Estatuto, faz considerações importantes:

Nele são definidos claramente os espaços públicos dos quais as crianças estão excluídas, bem como a forma como devem ser incluídas em outros. Apresenta-se uma listagem de idades, com as correspondentes possibilidades e *prescrições para as relações a serem estabelecidas com as crianças e adolescentes em lugares públicos [...]*, bem como nos espaços construídos por adultos, especialmente *para* elas.

Nesse capítulo da lei, apresenta-se, de modo articulado, o que é próprio ou impróprio para a criança, especificamente nos espaços públicos. Diríamos que ali, também se fala do espaço urbano como lugar a ser regulado *para* as crianças. (P. 30, grifos nossos)

O destaque das expressões demonstra a relação de designação restritiva entre a criança e os espaços da cidade. Ter-se previamente definido as relações de uso entre o indivíduo e o espaço coloca a infância como mero estágio coadjuvante na construção dos mesmos, a condição de unicamente “ator”.

Após o progressivo afastamento histórico das crianças em relação aos espaços de voz pública, a ideia do “lugar de criança” se tornou difusa e progressivamente específica. Deste modo, os setores em que suas participações sociais são consideradas aceitáveis, tornaram-se cada vez mais restritos.

Para Bertuol, as características do espaço destinado à infância nas sociedades modernas revelam que a criança deve, ao mesmo tempo, ter autonomia e estar controlada dos perigos exteriores. (2008, p. 28, apud PROUT, 2005, p.56). Sarmiento (2018) alerta para esta visão gerada após o advento da Revolução Industrial: ela revela um olhar sob a criança enquanto vítima social e agente transgressor que necessita ser contida.

No entanto, o mesmo autor avalia os perigos dessa relação controladora. A criança, segundo ele, deve ser considerada segundo seus pensamentos e quereres, sendo plenamente dotada da capacidade de construção cultural:



A infância da Modernidade é uma infância pensada como uma geração em devir, em transformação, no sentido de futuro. De qualquer forma, importa-nos pensar que todos seres humanos – crianças, adultos, idosos – estão em processo de mudança e transformação contínuas, do ponto de vista biológico, ideológico, intelectual e cultural. O devir é próprio da condição humana, não é específico da infância. O que aconteceu nos últimos 25 anos foi uma ruptura com essa concepção da modernidade. Assim, a criança começa a ser cada vez mais pensada a partir do que ela é, do que ela sabe, do que ela pode, das suas competências, das suas formas de construir cultura, do modo como ela elabora sistemas ideológicos, não necessariamente coincidentes com o dos adultos; faz isso no mundo social em relação aos adultos, nas relações entre crianças. Essa é a grande transformação nos últimos, digamos, 25 anos, 35 anos no máximo, no pensamento sobre a infância: a criança é pensada a partir da positividade das suas próprias características. (SARMENTO, 2018, P. 8)

Torna-se evidente pela fala do autor a importância de uma mudança de mentalidade na percepção do entendimento da criança como cidadão ativo. Vale ressaltar também que esse processo é gradual, tendo em vista que o ideal de controle da infância foi constante ao longo dos séculos, mas ainda assim, a ruptura com esse paradigma tornou-se urgente para a manutenção da cidadania.

### **2.3 Criança escuta e fala: vez e voz.**

Conveniu-se instituir a infância como transitória e, assim, não capaz de tomar decisões que reverberem a médio e longo prazo. No entanto, crianças devem ter a possibilidade de influenciar a vida coletiva, [...] pois não são pré-cidadãs, [...] são cidadãs ativas e assim devem ser tratadas. (SARMENTO, 2018, p. 11)

Deve-se reconhecer, no entanto, os diferentes modos de expressões da criança. Antônio e Tavares (2018) abordam a poética da infância como formas de externar suas opiniões e se relacionar com o mundo. Assim, elencam pontos inerentes ao olhar da criança:

- *Animismo*: no universo infantil, todos os elementos possuem vida e voz. Essa personificação do mundo, reflete no comportamento mimetista da criança: a reprodução do comportamento dos pais, dos animais, plantas, etc. Em resumo, no universo infantil, todos os participantes a influenciam de modo semelhante.
- *Empatia*: colocar-se em posição semelhante à do outro, trazendo para si sentimentos e visões de mundo sob outra perspectiva é uma expressão natural

da criança. Ser empático implica posicionar a experiência cognitiva em mesmo grau de importância da experiência sensorial e afetiva. “A criança sente e pensa inseparavelmente.” (2018, p. 28)

- *Pensar por imagens*: a criança percebe o mundo e o traduz em imagens próprias. Estas constituam sua identidade e caráter – aquilo que é percebido faz parte de sua história. “Pensar por imagens é modo fundamental de ver o mundo” (2018, p. 29)
- *Perguntas*: a criança é de irrefutável capacidade questionadora, tal qual os questionamentos filosóficos. A imagem do mundo formulado vem principalmente como resposta a tais perguntas. A criança tem, por natureza, um espírito crítico.
- *Histórias*: “com as histórias, as crianças desenvolvem a capacidade de pensar outros mundos possíveis, o que significa aprender a elaborar a existência” (2018, p.30)
- *Natureza*: tem papel fundamental na formação da criança, a criança se reconhece como parte integrante da natureza. Deste modo, é de necessidade primordial contato entre elas.
- *Poesia*: “A criança vê o mundo com olhos de primeira vez e nos chama a ver com olhos novos, com olhos livres.” (2018, p. 32) A infância é permeada por sensibilidade. Isso evoca um mundo simbólico e cheio de vida.

Seriam esses aspectos as chaves para formação de cidadãos e cidades mais inclusivas e melhores social, ambiental e urbanisticamente? Este trabalho visa gerar questionamentos acerca do emprego de tais características na construção das cidades e considerar as contribuições infantis em decisões públicas como geradoras de resultados de grande impacto em diversas ordens.

### 3 CRIANÇAS NO ESPAÇO URBANO – RESTRIÇÕES E DESCOBERTAS

O modo como percebemos a capacidade infantil, os lugares destinados a elas nas cidades e seus limites participativos nas tomadas de decisão da vida pública/ urbana, trazem intrínsecos complexas relações de poder que engessam a criança em um lugar de permanente sujeição às perspectivas centradas nos ideais adultos.

As cidades contemporâneas tornaram-se lugares hostis às crianças e, progressivamente, até mesmo os lugares destinados a elas perdem força e são tratados como secundários nas agendas públicas. Este fenômeno pode acarretar consequências sociais ainda pouco debatida pelos planejadores urbanos.

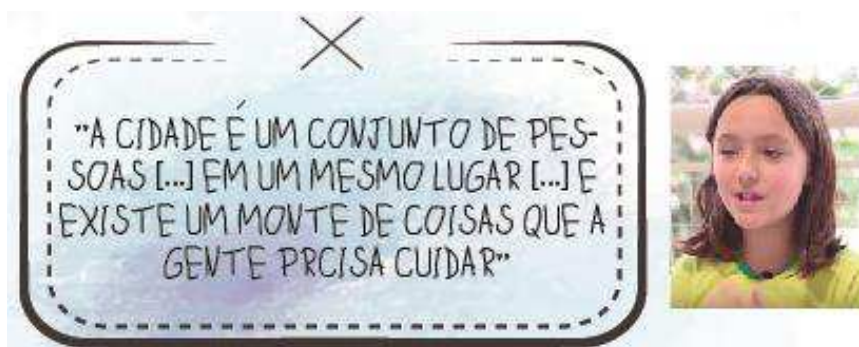
Desta feita, partimos do pressuposto que estas análises sociais debatidas podem contribuir para um movimento de resistência da infância, ampliando os diálogos com políticas públicas e planejadores urbanos acerca da importância do olhar das crianças como a(u)tores sociais.

#### 3.1 Quem faz a cidade?

O dicionário define a cidade como “aglomeração humana localizada numa área geográfica circunscrita e que tem numerosas casas, próximas entre si, destinadas à moradia e/ou a atividades culturais, mercantis, industriais, financeiras [...]”. (CIDADE, 2019). No entanto, acima de qualquer teorização ou definição pré-estabelecida, definir o que é uma cidade envolve, principalmente, memórias e relações estabelecidas com outras pessoas e espaços.

Em vídeo disponível na internet, no qual crianças são indagadas a respeito do que é a cidade, destaca-se a seguinte fala:

**Figura 3 -** Como as crianças definem a cidade



Fonte: O que é cidade? (2017)

Em todas as falas do vídeo nota-se que, antes de objetos de grande significância aos planejamentos urbanos atuais, como carros, edificações e vias, a cidade descrita pelas crianças é humana. Existe, assim uma relação de interdependência entre a cidade e população: ao mesmo tempo que a cidade só existe a partir da aglomeração de pessoas, a execução de atividades primordiais para o convívio urbanos só acontecem em ligação aos espaços da cidade.

Essa visão infantil, portanto, demonstra a cidade entendida como “lugar”, que foge do entendimento vigente do espaço urbano enquanto *pólis* (espaço estável, planejado aos padrões enrijecidos dos planejadores urbanos), levando à concepção da cidade enquanto *urbs*, “cenário onde inumeráveis ações e atores tratam de negociar, inovar, surpreender.” (DELGADO, 2005, apud BERTUOL, 2008, p. 37)

Seria, portanto, a cidade “real e representacional, como texto e como contexto, como ética e como estética, como espaço e como tempo, socialmente vividos e (re)construídos” (FORTUNA, 2001, p. 4).

Torna-se evidente que o convívio humano é o principal produtor do espaço. A problemática da construção dos espaços públicos de estabelecem pelo fato destas mesmas relações serem caracterizadas por estabelecerem relações de poder, projetadas nas relações no espaço.

Seguindo essa lógica, a “produção” da cidade transpõe a exclusividade da interação sócio espacial: faz a cidade quem possui poder de dominação do espaço e da sociedade. Sorbazo (2006) analisa que os espaços públicos e a cidade,

[...] relaciona os campos da dominação e da apropriação a partir da **política** (poder público e elites), **da acumulação de capital** (novos produtos imobiliários, aumento da circulação de capital, questionamento da relação público-privada) e da **realização da vida** (práticas cotidianas). Nesse sentido, os espaços são o resultado de uma dinâmica altamente complexa dominada pelos “produtores da cidade”, que a projetam, discutem e executam. (apud DIAS e FERREIRA, 2015, p. 122, grifos nossos)

Tanto a acumulação de capitais quanto o poder político pressupões relações verticalizadas que tem como principal consequência o afastamento gradual dos usuários em relação ao espaço. Dias e Ferreira (2015) consideram que, em virtude disso, os espaços públicos se tornam meros lugares de passagem e destituídos de seu caráter de vivência e apropriação, tal qual ocorreu à ágora grega.

Se nesse contexto, os próprios adultos são deixados aquém das decisões relacionadas à cidade, as crianças são reafirmadas como “minorias silenciosas”. Não há interesse em captar as demandas de quem não gera retribuição em forma de votos ou indicações,” sendo vistas apenas como um subproduto dos pais, dos adultos produtivos – e eleitores. (DIAS E FERREIRA, 2015, p. 122)

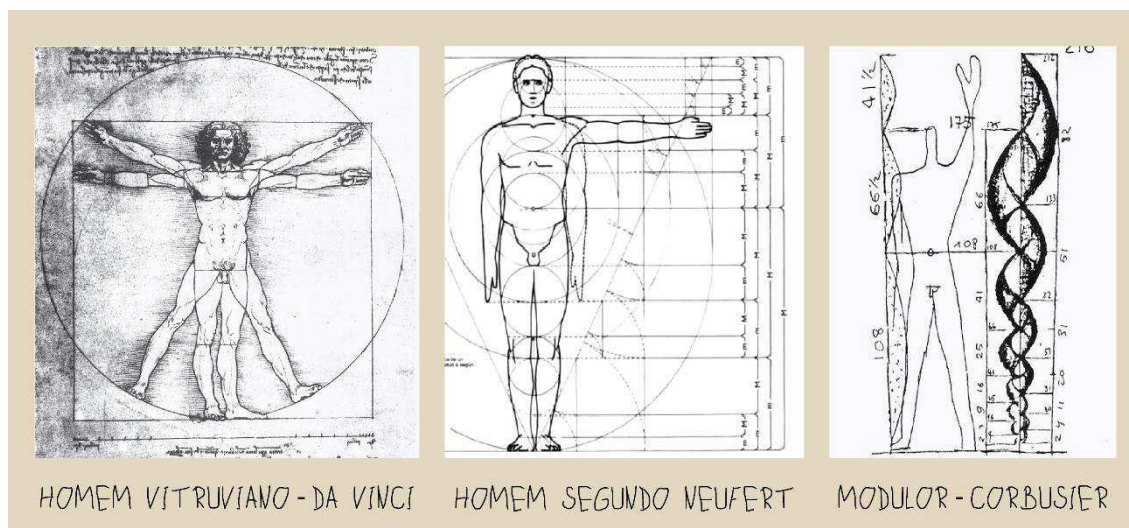
### **3.2 Escalas urbanas**

Se a infância é considerada incapaz de contribuir para o planejamento da cidade, perspectivar as edificações e equipamentos urbanos em escala que lhes inclua nos campos de visão é, portanto, menos prioridade ainda. Essa concepção, focada no cargo unicamente das escolas e dos considerados “espaços para crianças”, revelando a segregação existente entre os espaços que estas frequentam e são consideradas incluídas.

O dualismo “forma versus função” permeia diversas discussões acerca de projetos arquitetônicos e urbanísticos. Nesse ínterim, os itens ergonomia e antropometria se ativeram a estabelecer medidas humanas ideais e princípios arquitetônicos pautados no conforto físico do usuário. Ainda no século I a. C., Leonardo da Vinci concebeu a ideia do Homem Vitruviano, demonstrando a antiga preocupação em estabelecer “a exemplar regularidade do corpo humano” (LOPES FILHO; SILVA, 2003)

Na era moderna, o arquiteto alemão Ernest Neufert, expoente da Bauhaus e contemporâneo de grandes nomes da Arquitetura Modernista, como Walter Gropius e Frank Lloyd Wright, foi o responsável pela normatização que se tornou parâmetro mundial de dimensionamento da escala humana, continuada também por Le Corbusier e seu “modulor”, o homem caucasiano de 1,83m e típico “consumidor” da arquitetura.

**Figura 4 - Comparativo de modelos antropométricos**



Fonte: FRANCO, 2014 e Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro, 2013

Tal importância de se ter o homem como unidade de medida refletiu na contemporaneidade e alcançou de maneira singular os planejadores urbanos. As “cidades em escala humana”, que, segundo Bresciani (2004) são concebidas, pensadas e compreendidas pelo homem, ganharam visibilidade após análises de autores como Jane Jacobs e Jan Gehl acerca da importância da retomada das experiências sensoriais no espaço urbano.

No capítulo “os sentidos e a escala” de seu livro “Cidades para Pessoas”, Gehl introduz uma complexa análise da anatomia humana, chegando ao resumo do que, para ele, seria a escala humana ideal a ser analisada na edificação de cidades: “Um mamífero de orientação linear, frontal horizontal caminhando a velocidades máximas de 5 km/h”. (GEHL, 2013)

A esse respeito, Gehl (2013) conclui:

O corpo humano, seus sentidos e mobilidade são a chave do bom planejamento urbano para todos. Todas as respostas estão aí, encapsuladas em nosso corpo. O desafio é construir cidades esplêndidas ao nível dos olhos, com grandes edifícios erguendo-se acima de belos andares inferiores. (p.59)

No entanto, questiona-se a que níveis estão tais olhos citados por Gehl e considerados no desenvolvimento das cidades. Nota-se que em todos os estudos antropométricos citados anteriormente, tem-se por padrão o indivíduo adulto, dotado

de plenas capacidades motoras, sensoriais e desconsiderando a infância enquanto parâmetro de escalas.

O mesmo autor endossa a necessidade da cidade planejada ao nível dos olhos infantis, reforçando da inclusão da criança enquanto escala de percepção:

Um dos momentos mais memoráveis da vida é quando uma criança fica de pé e começa a andar: a vida, agora, começa para valer. Eis, então, nosso cliente, um pedestre, com todos os seus atributos, potenciais e limitações. Trabalhar com escala humana significa, basicamente, criar bons espaços urbanos para pedestres, levando em consideração as possibilidades e limitações ditadas pelo corpo humano. (GEHL, 2013, p. 33)

O espaço urbano como consequência da produção arquitetônica se modificou para abrigar novos estilos de vida, e,

Em muitas de suas circunstâncias concretas elas facilitam o acesso ao uso de seus bens a uns grupos e negam ou mesmo os obstruem a outros. Nela alguns são cidadãos autônomos, enquanto outros são transformados em dependentes ou tutelados, cidadãos somente no papel. (SANTOS e SILVA, 2015)

Tal dependência, por vezes, ocorre devido a cidade construir-se literalmente inalcançável. A menos que sejam especificamente destinados ao público infantil, mobiliários urbanos costumam não levar em consideração questões antropométricas condizentes com a infância. No entanto, autores como Argan (1993) reforçam a necessidade do “espaço visual da cidade”, e da experiência como maior fonte de (re)significação dos espaços.

O advento do carro e a necessidade da incorporação de vias ao espaço da cidade foi um fator preponderante na eliminação de cenários urbanos antropometricamente adequados a criança. A universalização métrica a partir daí, propiciou a criação de ambientes completamente hostis à infância.

**Figura 5** - Escala infantil negligenciada frente à cidade



Fonte: Diário de Pernambuco (2018)

Como consequência, a criança perde gradativamente a capacidade de se movimentar sozinha pela cidade. Para Tonucci (2009), este é um grande obstáculo para seu desenvolvimento e uma das mudanças mais chamativas das últimas décadas. Considerar a capacidade de movimento de uma criança no espaço urbano, seria, portanto, proporcionar a formação saudável do indivíduo, em esferas físicas, psíquicas e enquanto cidadão.

Citando a fala de Romano Prodi no ano de 1997, tendo este como então presidente do Conselho Italiano, Tonucci ratifica: “Não é suficiente dar às crianças serviços para a infância, devemos devolver-lhes a cidade”.

### **3.3 A cultura do medo na infância - A cidade enquanto lugar de perigo**

Até o presente ponto deste estudo, analisou-se pontos significativamente importantes: a pífia participação da criança nas decisões relacionadas a cidade, acarretando a construção de espaços literalmente inalcançáveis. Ademais, outra questão subsequente tanto ao veto da voz infantil, quanto à infraestrutura urbana relacionada é a associação dos espaços das cidades a instancias de perigo, tolhendo mais ainda a criança das vivencias urbanas.

O receio em relação aos espaços públicos tornou-se estrutural e permeia todos estratos sociais e faixas etárias. A criança, como explorada do mundo, em estágio de concepção social e cidadã, é pontualmente afetada pelo medo que assombra desde



os becos mal iluminados de uma favela, às mais movimentadas avenidas de uma grande metrópole.

O medo, segundo Storch, (2016, p. 22), é um fator biológico relacionado aos sentimentos de autopreservação, sendo necessário na fase da infância tanto para a formação de uma conduta humana, quanto para assegurar sua proteção. Essas experiências de medo e terror seriam, então, armazenadas de maneira inconsciente, de modo a não necessitarem de processamento consciente para percepção.

No ambiente urbano, o medo ganha um caráter patológico a partir do que Neto (2016, p. 38) define como “Guerra Urbana” - fatores como a violência, principal causa do pavor geral, torna-se parte do cotidiano da cidade e subtrai o caráter democrático dos espaços públicos. Esse pavor difuso é multiforme e afeta de forma diferente os estratos sociais:

Para a classe de médio e alto poder aquisitivo, o medo é refletido na arquitetura moderna através das residências afastadas do núcleo urbano e suas características físicas assemelham-se a fortalezas com muros altos, pesadas barras de ferro e sofisticados sistemas de alarme. Para a classe de baixo poder aquisitivo, o medo é refletido dentre outros motivos, através do tráfico de drogas que leva ao crime organizado, através da pouca efetividade do policiamento ostensivo, falta de iluminação, falta de infraestrutura urbana etc. (NETO, 2016, p. 37)

Pouco a pouco, o pânico estabelecido pelos adultos é projetado nas crianças e a cidade se reconfigura aos moldes do que Dias e Ferreira (2015, p. 123), ao citar Tonucci (2005), considera:

[...] era uma vez... há muito tempo, tínhamos medo do bosque. Era o bosque do lobo, da bruxa, do ogro. Era o lugar onde se podia perder, onde podia acontecer qualquer coisa. Hoje, a cidade tomou o lugar do bosque das fábulas infantis. (DIAS e FERREIRA, 2015, p. 123)

Essa representação da cidade como lugar de sonhos aterrorizante produz sentimentos controversos durante a infância e que perpetuam toda a vida do indivíduo. Tal falta de identificação e pertencimento rouba da criança características já citadas anteriormente: as interações com outras e com a natureza são restritas e a capacidade poética de perspectivar novos ambientes é perdida. A liberdade de movimentos fica restrita aos muros na dependência constante dos responsáveis adultos.

Duas consequências adversas surgem em resposta ao medo da cidade: o desinteresse pelas descobertas devido à infantilização que as põe em total

dependência dos adultos, e, já que estão frequentemente expostas ao convívio adulto, essas crianças acabam ingressando precocemente na adolescência, sem a experimentação das possibilidades da infância. (DIAS e FERREIRA, 2015)

Um ciclo vicioso é então estabelecido e nominado por Bauman (2001) como “medo do vizinho”, em que a vigilância exacerbada aos bens e a integridade, endossa egoísmos e à completa individualização. E, para o mesmo autor “o indivíduo é o pior inimigo do cidadão” (2001, p. 51)

Tal desajuste às necessidades infantis, leva a sociedade a um fenômeno de inversão:

“O público é colonizado pelo privado; o interesse público é reduzido à curiosidade sobre as vidas privadas e a arte da vida pública é reduzida à exposição pública das questões privadas e a confissão de sentimentos privados. [...] as questões públicas que resistem a essa redução tornam-se quase incompreensíveis “ (BAUMAN, 2001, p. 51)

Sarmiento considera que esse afastamento infantil das esferas públicas leva a cidade a uma condição restritiva, ameaçadora e ainda mais insegura. Além disso, as desigualdades são potencializadas devido transformação do espaço em produtos através da colonização do consumo. (2008, p. 4, apud DIAS e FERREIRA, 2015, p.123)

Sobre isso, Sorbazo também aponta que essa estruturação vem consolidando os produtos imobiliários da modernidade: shoppings centers, parques temáticos e todos os outros novos espaços fechados que, a partir daí, passam a ser entendidos com novos “espaços públicos”, mas colocados pelo autor como “pseudopúblicos” – espaços que carregam segregações, desigualdades, conflitos e uma caricatura social que tenta negar todas essas mazelas. (2006, p. 95, apud DIAS e FERREIRA, 2015, p.124)

**Figura 6 - Cidade gradeada, restritiva e segregadora**



Fonte: GARDENBERG, 2008

Sobre os efeitos de uma cidade deserta, sem vida e diversidade, cercada pelo medo e pela limitação da infância, alertava Jane Jacobs. Nesse contexto, a autora pontuou um alerta à necessidade da criança indivíduo que deve utilizar o espaço público:

É inútil tentar esquivar-se da questão da insegurança urbana tentando tornar mais seguros outros elementos da localidade, como pátios internos ou áreas de recreação cercadas. Por definição, mais uma vez, as ruas da cidade devem ocupar-se de boa parte da incumbência de lidar com desconhecidos, já que é por elas que eles transitam. As ruas devem não apenas resguardar a cidade de estranhos que depredam: devem também proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem-intencionados que as utilizam, garantindo também a segurança deles. Além do mais, nenhuma pessoa normal pode passar a vida numa redoma, e aí se incluem as crianças. Todos precisam usar as ruas. (JACOBS, 2000, p. 34)

Ao indagarmos à maioria dos adultos que viveram suas infâncias há poucas décadas, não é raro colecionarmos relatos de brincadeiras de rua, de memórias das cidades permeadas de cores, cheiros e sabores, de experiências vividas. Cabe então um questionamento: estaríamos nós, adultos impregnados de traumas e ansiedades não tratadas, roubando de nossas crianças a possibilidade de criarem memórias? De desenvolverem uma consciência cidadã pautada em suas próprias vivências?

Estaríamos nós mesmos promovendo os perigos das ruas, seja pela cultura do pânico, ou pela própria construção de cidades que não velam pela autonomia da

criança? Os estudos de Jacobs revelam que as soluções para os problemas de violência urbana estão na ocupação, não no auto aprisionamento, bem como Enrique Peñalosa, ex-prefeito de Bogotá afirma, em entrevista a Lamas (2015) que as crianças são indicadores de desenvolvimento de uma cidade: quanto mais estímulos ela causar às crianças e quanto mais demandas infantis ela atender, melhor ela será para todos.

**Figura 7** - Um protesto silencioso pelo direito de vivenciar a cidade



Fonte: PAULA MENDONÇA, 2017

### **3.4 Os espaços livres públicos infantis**

Como visto, além de outros fatores, a cultura do medo vinculada à cidade tendenciou a transposição dos espaços de vivência dos ambientes públicos para os ambientes privados. Karsten e Vliet também apontam que, desde a década de 1950, as brincadeiras têm migrado dos espaços externos para os internos. (2006, apud BICHARA et al., 2011, p.168)

Os rápidos processos de urbanização largaram à frente da construção dos espaços livres públicos das cidades, causando desequilíbrios urbanos e atingindo as crianças que passaram a ser qualificadas por Karsten e Vliet como “crianças internas”, cujos pais, apesar de considerarem importante a interação da criança a natureza e com locais abertos, também avaliam o espaço urbano como impróprio para a infância.

Como consequência, a rua tem perdido seu caráter multifuncional: hoje, geralmente não assimila, além da circulação de veículos, a função de permanência e lazer. Tampouco os espaços públicos livres – espaços potenciais de aprendizagem e desenvolvimento infantil – vêm sendo dotados de qualificação para oferecer segurança e ludicidade. (DIAS e FERREIRA, 2015, p.124)

Em resposta à tendência da privatização dos espaços, criam-se instâncias cada vez mais equipadas para contenção das crianças – os playgrounds infantis. Porém esse equipamento remonta a um segmento que também veio da esfera pública e foi colonizado pelo privado.

A criação dos parquinhos infantis públicos responde à preocupação com os carros nas ruas e a violência consequente à Revolução Industrial, para que as crianças continuassem protegidas, mas ainda assim, em contato com o espaço urbano. Entre os séculos XIX e XX, nos Estados Unidos, movimento chamado de “playground movement” surgiu motivado por tais preocupações e teve grande influência no urbanismo brasileiro. O principal objetivo era a criação de espaços públicos de lazer diferenciados e promover a integração entre crianças, principalmente imigrantes. (SANTOS, NASCIMENTO e PINTO, 2014, p. 277)

**Figura 8 - Washington Park Playground, 1907**



Fonte: LAUREN UHL, 2016

**Figura 9 - Hazelwood Parklet, 1950**



Fonte: LAUREN UHL, 2016

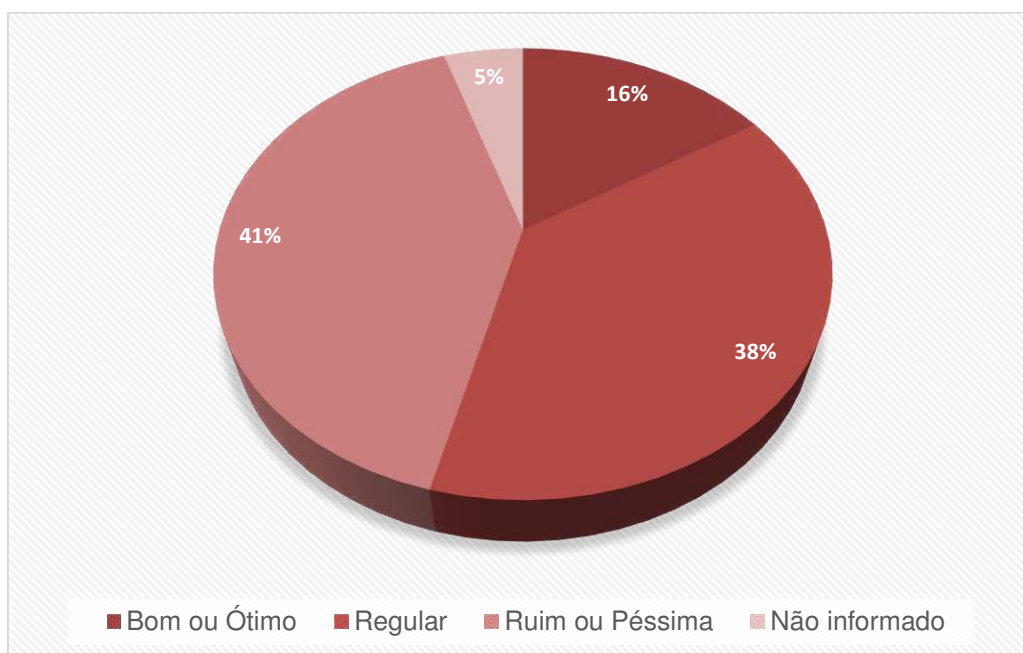
Johnson (1999) aponta a existência de três tipos de playgrounds infantis:

(1) os Parquinhos Tradicionais, que consistem em amplas áreas livres revestidas com terra, concreto ou asfalto com equipamentos isolados (escorregadores, barras, balanços, gangorras, por exemplo); (2) os Parquinhos Contemporâneos, que têm os equipamentos associados, normalmente em plástico ou madeira, procurando promover mais variedades de brincadeiras interações sociais. Apresenta vários tipos de escorregadores e mastros, agrupados em módulos formando um grande brinquedo; e, por fim, (3) os Parquinhos de Aventura, que são os espaços para brincadeira que usam o ambiente natural e uma variedade de materiais reciclados como seus equipamentos, destaca-se os parquinhos com cordas presas nas árvores, que formam pontes e pneus dispostos no chão e presos nas árvores como balanço (Apud SANTOS, NASCIMENTO e PINTO, 2014, p.128)

Vê-se, no entanto, um contingente cada vez menor de parques infantis tradicionais, e, ainda que os parquinhos contemporâneos possuam a diretriz de alcançar maiores estímulos, estes, geralmente se encontram em locais privatizados. Além do agravante de não possibilitar o acesso a todos os estratos sociais, essa modalidade pode contribuir também para o afastamento da relação da infância e o convívio com a cidade, sendo, portanto, potencialmente segregacionista e restritiva.

Os parquinhos tradicionais que ainda resistem, em sua maioria, encontram-se em péssimas condições de uso. Segundo pesquisa realizada pela revista Carta Capital no ano 2018, locais fechados como centros culturais e bibliotecas possuem maior porcentagem de aprovação: 39% e 41% respectivamente. Já os parquinhos públicos, a mesma porcentagem de 41% qualifica como ruim ou péssimo.

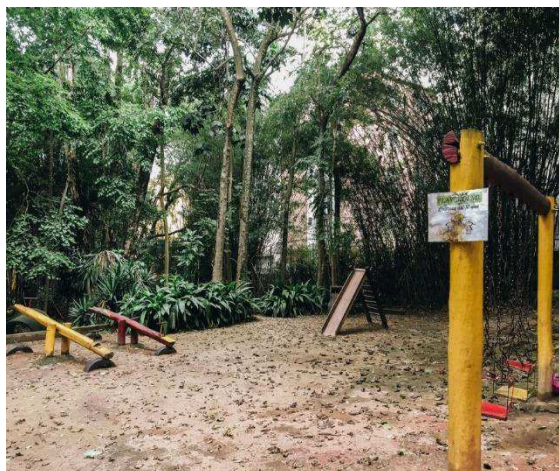
**Gráfico 1 - Avaliação dos Parquinhos infantis públicos de São Paulo**



Fonte: LINDOSO, 2019 a partir de SILVA, 2018

A insegurança advinda do descaso é outro agravante para o sucateamento dos espaços livres infantis. Em entrevista à mesma revista, Renata Fernandes, funcionária pública e mãe, aponta: “Alguns parquinhos são bem arrumados, outros falham muito na manutenção. Sem contar que, à noite, é comum achar embalagens de drogas e garrafas de bebida alcoólica pelo chão”.

**Figura 10** - Brinquedos depredados em parquinho de São Paulo



**Figura 11** - Lixo nos parquinhos



Fonte: SILVA, 2018

Essa problemática dos espaços de lazer infantis públicos induz à apropriação de outros espaços por parte das crianças. Esse fenômeno estudado por Rasmussem (2004) denominado de “children’s place”, faz contraponto a “places for childrens” espaço executado pelo planejamento de adultos para vivencia de crianças.

O fato é que os espaços feitos por adultos e destinados às crianças nem sempre são objetos de sua apropriação. Sejam por questões de falta de infraestrutura ou por falta de identificação com os espaços criados. Mas é necessário ter-se em mente que o ato de brincar associado aos espaços públicos da cidade impacta na construção de valores individuais e nas concepções de territorialidade.

### **3.5 O papel educador da cidade na construção do cidadão**

Não é raro encontrar crianças integrantes das cidades contemporâneas que desconhecem suas ruas, outros habitantes e a história. Mais raro ainda é questionar pessoas que viveram suas infâncias no século passado, e não abstrair de suas lembranças longas histórias de como conviviam sem medo com outras crianças, desbravando monumentos, praças e todos recônditos dos espaços urbanos que abriam caminho para o uso da imaginação.

Terezinha Lins, 79 anos, moradora do bairro Turu em São Luís, tornou-se conhecida no lugar onde mora pelo cuidado esboçado com toda a vizinhança: calçadas sempre limpas – sua e dos vizinhos próximos - cuidado com os animais, com



a disposição do lixo presente na rua, vigilância dos lugares pouco movimentados e diversos outros cuidados que se estendem além das fronteiras dos muros de sua residência e atingem muitos outros locais da cidade, dos quais dona Terezinha sempre tem muitas histórias a contar.

Outro fato curioso é que a antiga cidade de São Luís sempre é ressaltada como plano de fundo dos relatos de sua infância. A esse respeito, em entrevista concedida utilizada como fonte de análise desta pesquisa, Terezinha explanou sua relação infantil com o espaço urbano.

Ao ser questionada acerca da cidade na época de sua infância, rememora uma realidade marcada por zelo e liberdade:

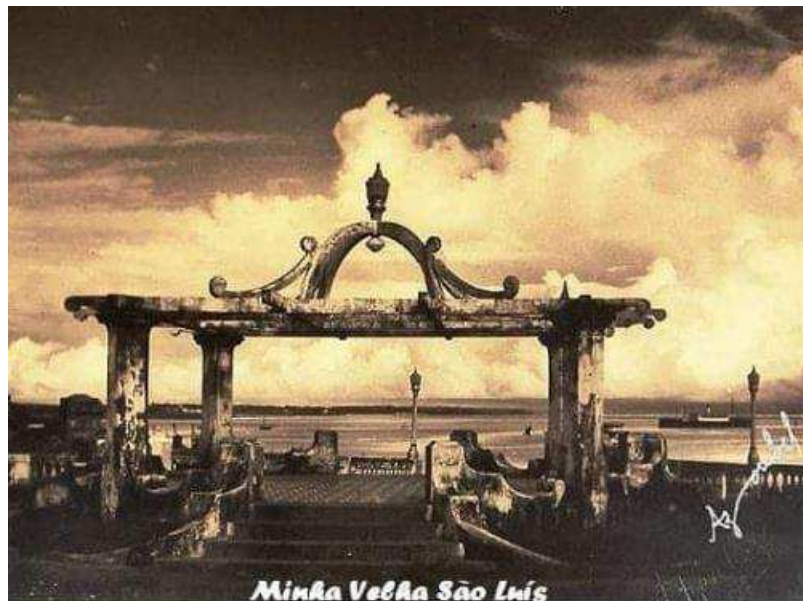
Ah! Era muito boa! Não tinham essas casas como são hoje. As casas era “porta e janela”, não tinha terraço nem muro. O terraço era a rua. A gente ia *pra* todo lugar andando, as ruas não tinham muito ônibus, tudo era perto. Mas isso quando se morava no centro mesmo, como a gente. Quando nos mudamos *pro* lado da Jordoá, João Paulo e Filipinho, aí já tinha mais ônibus, tinha bonde. As pessoas pegavam muito bonde, porque era mais prático. A violência, não tinha. Não tinha ladrão, não tinha nada. Era muito organizado. Nesse tempo não tinha tanta sujeira, tinha até gente *pra* limpar as ruas. Limpavam a sarjeta e até aqueles esgotos que tem no meio da rua com a tampa de ferro. Eles desciam ali, limpavam, e não tinha *entupição*.

Em outra fase da entrevista, foi submetida a imagens dos lugares que frequentava em sua infância, todas situadas no bairro Praia Grande, em São Luís. Em todos os pontos, é possível notar o potencial para transformação do espaço em cenário das brincadeiras infantis. Outro elemento importante destacado, é a liberdade de movimento conferida às crianças na época. Dona Terezinha revela que, juntamente com as duas irmãs, movimentavam-se sozinhas pelas ruas do bairro, apesar da pouca idade na época.

Em um segundo momento, quando questionada sobre a realidade atual dos lugares mostrados, expressa:

Tudo mudou né. Agora *tudo* é moderno, mas tem muita coisa abandonada. As pessoas não ligam muito *pra* isso de história, o centro tem muitas partes bem depredadas. Agora lá na (*Praça*) Deodoro *tá* bonito, o povo *tá* usando de novo. Mas os outros lugares da parte antiga, é muito triste. Eu nem gosto mais de passar muito por *ali* quando vou *pro* médico. É muita desorganização e depredado.

**Figura 12 - Coreto da Praça Gonçalves Dias (Anos 50)**



Fonte: Minha Velha São Luís, 2019

**Figura 13 - Rua dos Afogados (1958)**



Fonte: Minha Velha São Luís, 2018

**Figura 14 - Praça Gonçalves Dias (1967)**



Fonte: Minha Velha São Luís, 2018

As percepções de Dona Terezinha revelam profunda conexão aos espaços da cidade, demonstradas por atitudes que se estendem desde o cuidado com sua calçada, ao profundo entristecimento com o descaso urbano em áreas da cidade que lhe trazem memória afetiva.

As memórias da infância na cidade da antiga São Luís onde cresceu, também revelam a relação das atividades típicas da infância com os espaços públicos de convivência urbana, com as ruas e até mesmo espaços apropriados.

O sentido da intencionalidade deste trabalho parte da junção dessas observações em análise: qual a relação existente entre a apropriação infantil da cidade enquanto espaço participativo, de vivências e memórias, e a formação de sentimentos de cidadania por parte das crianças? Como isso reflete em sua vida adulta e se perpetua nas gerações posteriores?

Dias e Ferreira (2015, p.125) discorrem sobre o ciclo em que a cidade vivenciada é a base para a apropriação dos espaços e esta, por sua vez, estabelece vínculos afetivos dos moradores com a cidade.

Tal experiência urbana é explanada por Indovina (1995 apud ALDEROQUI, 2003, p. 166) como

Uma prática ampla da cidade, uma frequência contínua e autônoma, no sentido de experiências diretas, seguras e integradas socialmente, nas quais o desfrute provocado pela independência e autonomia se enlaçam com a curiosidade, a surpresa, a maravilha e também a preocupação e a percepção de um controle difuso que limita, mas também outorga singularidade.

É deste modo que as crianças desenvolvem uma prática cidadã. As possibilidades do espaço público, que incluem interações, conflitos e encontro com diferentes perspectivas, são de inquestionável papel no aprendizado da cidadania. (LANSKY, 2012, p.76) Mas, para Dias (2017, p. 505) é importante também entender a cidadania como construção, um conceito apreendido individual e coletivamente.

É urgente recuperar a cidade como espaço afetivo de percepções infantis. O espaço apropriado pela criança é produtor e produzido, (DELGADO, 2014), o que revela que, somente com a participação da infância nos espaços públicos e tomadas de decisões, é possível garantir a formação de indivíduos conscientes em relação à cidade, seus problemas e possíveis soluções.

#### **4 INFÂNCIAS URBANAS**

Neste capítulo serão analisadas as perspectivas de estudos urbanísticos acerca da participação infantil na formação da cidade, bem como características encontradas em cidades incluídas no projeto “Child Friendly Cities”, que pretende tornar cidades mais amigáveis as questões da infância.

Nessa perspectiva, busca-se identificar relações mais estreitas entre questões urbanas e o universo infantil, esclarecendo de forma prática como as cidades podem incluir a criança em suas agendas.

##### **4.1 Urbanistas e a infância – os estudos de Lynch, Hart e Ward**

Kevin Lynch (1918-1984), urbanista e escritor norte-americano, destaca-se pelas contribuições ao entendimento das cidades. Em sua obra mais conhecida, *A Imagem da Cidade*, Lynch pontua a imagem, a comunicação e a interpretação da cidade como fato imprescindível para o cotidiano. (SILVA, 2010, p. 165)

Muito embora os estudos com maior destaque de Lynch tenham sido a respeito de análises gerais da cidade, o autor também foi pioneiro ao incluir as crianças no centro dos debates urbanísticos. Foi em fomento à iniciativa de UNESCO, “O homem

e a biosfera” que Lynch desenvolveu na década de 1970, juntamente com seus colaboradores, o estudo “Growing up in the Cities”.

Segundo Bertuol (2008), a pesquisa

procurou relacionar a vida das crianças que passam por constantes mudanças, descobrir como elas usam e avaliam o seu meio ambiente, além de identificar a importância do espaço urbano como um recurso vital no desenvolvimento da adolescência à idade adulta. (P. 43)

A partir do estudo com crianças e adolescentes do México, Melbourne, Salta e Varsóvia, o estudioso apresentou a infância como oportunidade de repensar o planejamento urbano a partir de relatos, mapas, fotografias, entrevistas e diversos métodos de valorização das perspectivas infantis, “ênfatizando o microambiente imediato, particularmente o interior das casas e o espaço externo vizinho, e concentrando-se em grupos de baixa renda, em regiões de poucos recursos e de mudanças rápidas.” (BERTUOL, 2008, p.43)

Em sua metodologia, Lynch foi influenciado pela Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire (Chawla, 2002), na qual integrava perspectivas e abordagens participativas, para, assim, identificar os modos de vida dessas crianças em suas cidades. Em sequência, Lynch definiu propostas urbanísticas em consenso com os resultados obtidos e avaliados na interação com os jovens, dando destaque para itens como o desvio do trânsito em áreas onde as crianças tinham maior contato com a rua e vizinhança, além da revitalização de espaços abandonados.

Assim como discutido no item 2.3 deste estudo acerca do conceito de Antônio e Tavares (2018) sobre a natureza como modo de expressão da criança, Lynch defende a necessidade da relação da criança com a natureza. Deste modo, propõe a reformulação do paisagismo urbano para além do embelezamento da cidade, e sim como modo de permitir uma relação possível entre paisagem e criança no cotidiano. (GOMES, 2011, p. 63)

Um dos diferenciais no desenvolvimento do estudo foi o trabalho conjunto que abrangia, além das crianças, seus pais, políticos e funcionários públicos atuantes nas questões de planejamento, que tornou o projeto passível de replicação em outras localidades.

Bertuol (2008) aponta como principais resultados do estudo dirigido por Lynch:

- **Uso do espaço não programando** – Os usos de espaços como ruas e quintais permitem o aproveitamento mais fluido dos espaços por parte das crianças, permitindo engajamento nas relações entre elas mesmas e com o espaço, estando as escolas e clubes em segundo plano.
- **Orçamentos de tempo** – as crianças estariam sempre ocupadas com atividades programadas e, em grande parte, em espaços fechados, não sobrando tempo para o desenvolvimento de atividades livres. Apenas 5 a 10% do tempo diário das crianças analisadas era gasto com atividades não programadas, como brincar nas ruas ou na casa dos amigos.
- **Raio de ação** – Dependendo da localidade, os raios de movimentação das crianças estudadas, variava. Porém, de forma geral, a movimentação era restrita. Segundo Lynch, o principal empecilho não eram as distâncias, mas sim o medo, as questões do trânsito, custos atribuídos ao transporte público, controle dos pais e o desconhecimento das localidades.
- **Tédio e engajamento** – Quanto maior era o engajamento das crianças em atividades de suas localidades, como na administração de jardins e praças, mais elas se conectavam à comunidade e adquiriam sentimentos de pertencimento, o que não acontecia em crianças que habitavam em conjuntos residenciais. Estas, por sua vez, alegavam tédio em relação aos lugares onde moravam. “Talvez as expectativas das crianças sejam moldadas pelas possibilidades dos adultos, que são tão limitadas [...]” (LYNCH, 1997, p. 25, apud BERTUOL, 2008, p. 46)
- **Terrenos baldios** – os terrenos baldios eram atrativos para parte das crianças e usados como espaço de socialização. Já as que tinham esses espaços, demonstravam desconforto devido ao acúmulo de lixo e à proximidade com avenidas muito movimentadas.
- **A imagem da localidade** – Nesse item, o autor observa como a participação na vida comunitária, citada anteriormente, influencia também na maneira com as crianças idealizam e percebem as cidades. Como exemplo, cita que as crianças de Salta e Las Rosas demonstravam otimismo e sentimentos positivos em seus desenhos, com representações como cercas decoradas em suas casas, abertura de novos caminhos e árvores.

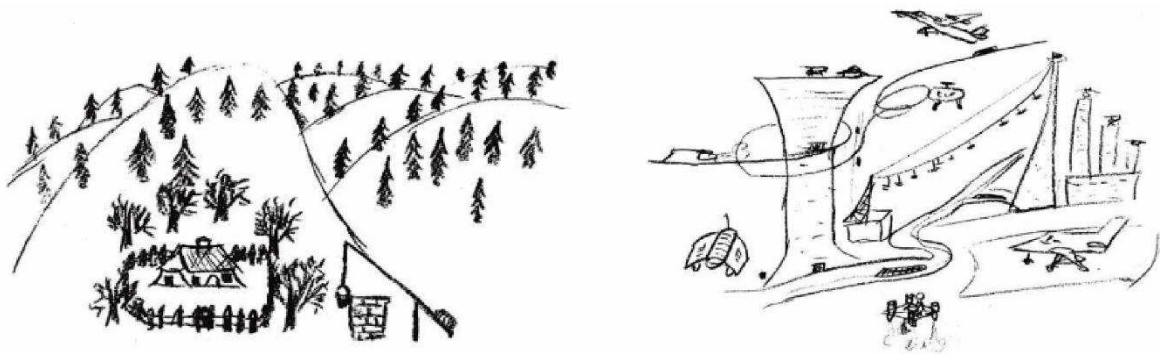
- **Lugares preferidos** – Ao passo que algumas crianças qualificaram como lugares de preferência o interior de suas casas ou de amigos, outras relatavam praças, ruas e esquinas. Já os lugares com menos aprovação eram os controlados ou sem amigos próximos. No caso das crianças que citaram as escolas como lugares preferidos, Lynch aponta o papel decisivo da escola na vida na vida das crianças de baixa renda como uma possibilidade de estímulos. Além dos lugares favoritos, dos menos aceitos e das utopias (realidades distantes das vividas, como desejar o mar, mesmo morando em cidades do interior), as crianças da Austrália demonstraram o desejo de viver de maneira mais independente, sem muitas imposições dos pais.
- **Lugares bonitos e feios** – Os lugares bonitos, para muitas crianças, eram apenas em outras cidades ou, quando nas localidades próximas, aqueles que possuíam algum contato com a natureza. Bertuol (2008, p. 48) conclui que “ a principal dimensão de beleza, no centro da cidade, para todas elas, estava relacionada com a limpeza e a modernidade. ”
- **Mudanças** – Em contraponto ao ideário de alienação infantil, a pesquisa mostrou que a maioria das crianças tinham consciência das mudanças que ocorriam em suas comunidades. A unanimidade em relação às mudanças foi o desejo de criação de mais áreas verdes, melhores condições das ruas e dos espaços recreativos.

Dadas as observações de Kevin Lynch, o autor fez diversas recomendações quanto à importância de fomentar atividades de brincadeiras nas ruas, melhoramento do tráfego nessas regiões, a necessidade de proporcionar identificação das crianças com tais espaços através de funções atribuídas a elas e faz recomendações, em especial aos planejadores urbanos:

Planejadores, designers, e gerentes ambientais deverão preocupar-se mais com as necessidades das crianças. A observação e a pesquisa deverão fazer parte do processo de planejamento. O cliente criança, se acessível, deverá ser consultado para avaliar o ambiente existente e participar do planejamento e construção de ambientes especificamente destinados para as crianças. Mas é claro que, se os direitos e as necessidades da criança devem estar representados nas decisões públicas, deverá haver organismos formais ocupados com o bem-estar da criança em âmbito local e nacional. (LYNCH, 1997, p. 58, apud BERTUOL, 2008, p. 50)

A importância do estudo “Growing up in the Cities” deve-se às novas perspectivas trazidas por Kevin Lynch no que diz respeito à transposição das suposições de que as crianças seriam apenas foco de políticas de direitos e salvaguarda das organizações mundiais. O autor demonstra que o contato com a cidade como coparticipante de suas transformações, favorece tanto as políticas públicas quanto a formação social do indivíduo.

**Figura 15** - Comparativos entre os ambientes ideais desenhados por duas crianças: a paz rural versus a modernidade futurista



Fonte: LYNCH, 1977

Roger Hart e Colin Ward, estudiosos de temas voltados para a relação criança-cidade, assim como Kevin Lynch, procuraram ressignificar a experiência infantil no espaço urbano. Suas análises partem de um ponto comum, em que as discussões são abordadas a partir da perspectiva da vivência particular, irrestrita e lúdica da criança em suas comunidades.

Hart, em seu livro publicado em 1979 chamado *Children's Experience of Place*, aborda a temática da paisagem transformada em lugar, entendendo-se este último conceito como espaço dotado de significado para o usuário, no caso, a criança. O principal item de estudo contempla o comportamento espacial na infância, bem como qual o conhecimento e sentimentos dos pequenos em relação aos espaços. Toda essa análise teria como objetivo refletir sobre como tais realidades poderia interferir no desenho urbano da comunidade.

Segundo o autor, “cientistas sabem mais sobre a vida dos primatas na selva do que sobre a vida das crianças nas cidades” (HART, 1998, p. 1) Por isso, para ele, era



necessário estudar questões cotidianas da infância, sempre atreladas a como à cidade como plano de fundo.

Na metodologia aplicada na obra, Hart aplica a grupo etários as seguintes tipologias de análise: “1. Livre amplitude; 2. Distâncias maiores com liberdade de alcance; 3. Distâncias maiores com alcance ‘com permissão’; 4. Distâncias maiores com alcance ‘com permissão e com outras crianças’” (BERTUOL, 2008, p. 53)

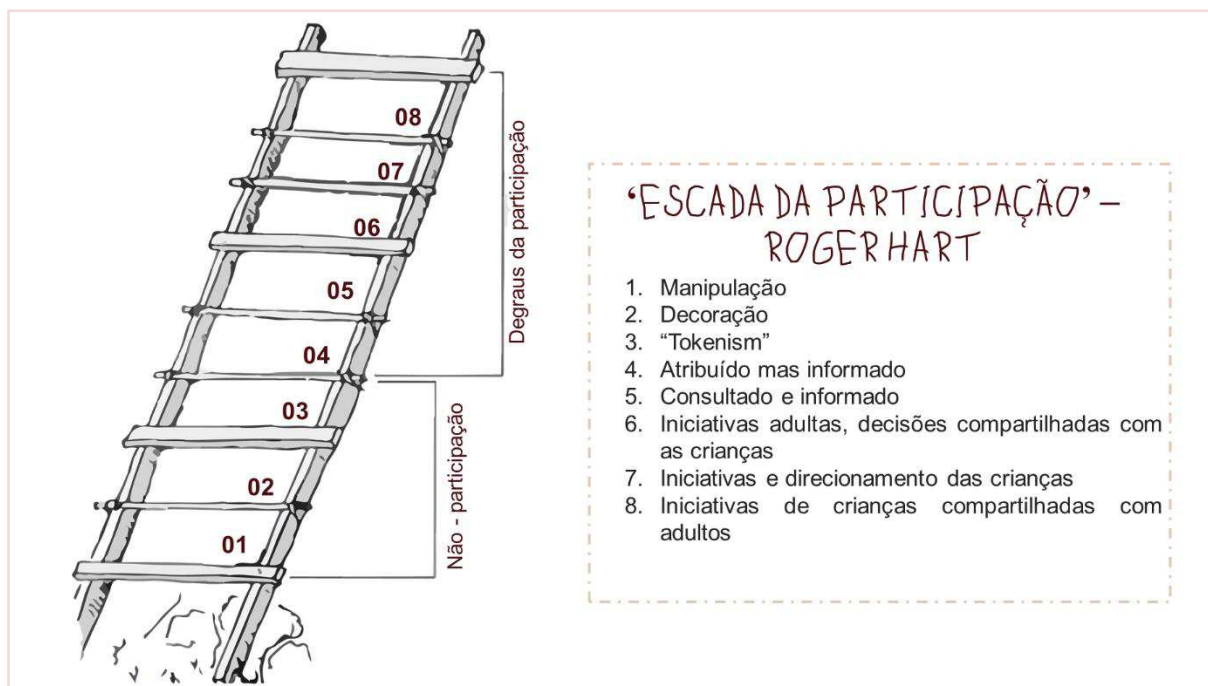
Nesse estudo, Hart percebeu que os lugares de preferência das crianças eram distintos dos previamente definidos por adultos, sendo manipulados por elas de modo que fossem entendidos como seus, uma posse. Por esse motivo, curiosamente, as crianças preferiam lugares abandonados, com objetos largados e áreas verdes: ali os adultos não interferiam.

Por fim, Bertuol (2008), explana que

Hart sugere que as áreas para as brincadeiras incluam, em suas paisagens, algumas qualidades importantes para a criança, tais como água, árvores (para subir), arbustos, argila (para modelar), objetos descartados e uma topografia variada, com declives. Os caminhos são importantes elementos na paisagem fenomênica e se apresentavam de muitas formas para as crianças. Como atalhos através de pequenas aberturas, impossíveis de serem atravessados por adultos, funcionavam como uma forma de manter distância deles e, às vezes, como um fim em si mesmo; eram uma oportunidade para as crianças simplesmente caminharem, em seu próprio tempo e espaço. (p. 55)

Outro importante conceito introduzido por Roger Hart foi o da “escada da participação”, como forma de pensar a inclusão participativa das crianças nas agendas públicas. Nessa teoria, segundo Oliveira (2017), a participação é medida em 8 níveis/ estágios, sendo os três primeiros a não-participação (“de cunho decorativo e manipulativo”), e os subsequentes, a participação genuína, em que é oportunizado à criança a possibilidade de participar nas tomadas de decisões.

Figura 16 - Escada da participação de Roger Hart



Fonte: HART, 1992

Com abordagem semelhante, Colim Ward, escritor e anarquista britânico, defendeu em seus trabalhos a total autonomia para a construção de cidades livres e criativas. Autor da obra *Child in the city*, publicado em 1978, Ward

buscou explorar a relação entre crianças e seu ambiente urbano, considerando que possivelmente perdemos algo quando, em algum momento, paramos de aprender com as crianças e conseqüentemente sobre as nossas cidades. Segundo ele, através da apropriação e imaginação, as crianças podem contrariar as intenções e interpretações baseadas na experiência dos adultos no ambiente construído (OLIVEIRA, 2016)

No mesmo trabalho, Ward aborda como as crianças determinam suas próprias maneiras de apropriação do espaço urbano, apesar das tentativas dos planejadores urbanos pré-estabelecerem as maneiras de uso e relacionamento com os espaços.

Deste modo, a cidade não precisaria de “Lugares Próprios” para as crianças: qualquer lugar pode vir a ser ocupado e apropriado na fase da infância. Tal perspectiva gera um contraponto à estruturação de leis como o Estatuto da Criança e do Adolescente que, conforme debatido no item 2.2 deste trabalho, mostra-se restritivo com suas definições de como a criança deve utilizar os espaços da cidade.

Bertuol (2008), avalia como importante o fato da obra de Ward

Não ser um catálogo sobre a condição desprivilegiada das crianças nas cidades. Sua visão vai além disso, partindo do pressuposto: no que diz respeito à liberdade de movimentos, especialmente nas grandes cidades, as crianças são vistas como cidadãos de segunda classe, obrigadas a se restringir cada vez mais ao âmbito domiciliar. Isso não se deve ao fato de a cidade em si ser algo ruim para a criança. Resulta de uma confluência de fatores, tais como: a radicalização da concepção de infância como idade da vida que deve ser o mais possível protegida e dependente; uma situação metropolitana que, em geral, se mostra cada vez pior, com especulação imobiliária, planejamentos dissonantes e com o “direito natural” dos automóveis de ocuparem todos os lugares. (p. 57)

**Figura 17** - Trabalho editorial de Ward, 1970 mostrando restrições impostas às crianças



Fonte: OLIVEIRA, 2016

As visões debatidas, tanto por Kevin Lynch, quanto por Roger Hart e Colin Ward chamam atenção por seu pioneirismo em identificar na infância um potencial para transformações das cidades, em seus aspectos sociais e urbanos.

Também é possível perceber de que forma são estabelecidos vínculos de identidade e como essas relações repercutem na formação da cidadania nos

indivíduos. As crianças seriam, portanto, o elo de ligação entre os planejadores urbanos e as projeções de cidades socialmente humanas e estruturalmente acessíveis.

#### **4.2 As cidades amigas da criança**

A iniciativa “Child Friendly Cities”, (Cidades Amigas da Criança) surgiu na conferência de Istambul, no ano de 1996. O principal objetivo é promover melhoria na qualidade de vida das crianças e nomear as cidades que promovem políticas voltadas para tal propósito, além de reconhecer seus direitos nas tomadas de decisões públicas.

A vida comunitária é um dos principais objetivos do programa, sob a égide do desenvolvimento de cidadania e sentimento de pertencimento:

“A participação pode definir-se como um processo de desenvolvimento da capacidade de expressão e de envolvimento ativo da criança na vida da comunidade. Para ser eficaz deve promover a partilha de informação e o diálogo entre as crianças e os adultos, numa base de respeito mútuo e de consideração pelas opiniões das crianças, tendo em conta a sua idade e o seu grau de maturidade. ” (Guia para construção das Cidades Amigas da Criança, 2016, p.12).

Bertuol (2008, p. 63) aponta como um dos principais objetivos do programa priorizar intervenções para melhorias na qualidade de vida de crianças em adensamentos urbanos, além de demonstrar os danos ambientais sobre s crianças. A autora também destaca os objetivos primários expostos no quadro abaixo.

### Quadro 1 - Objetivos das Cidades Amigas das Crianças

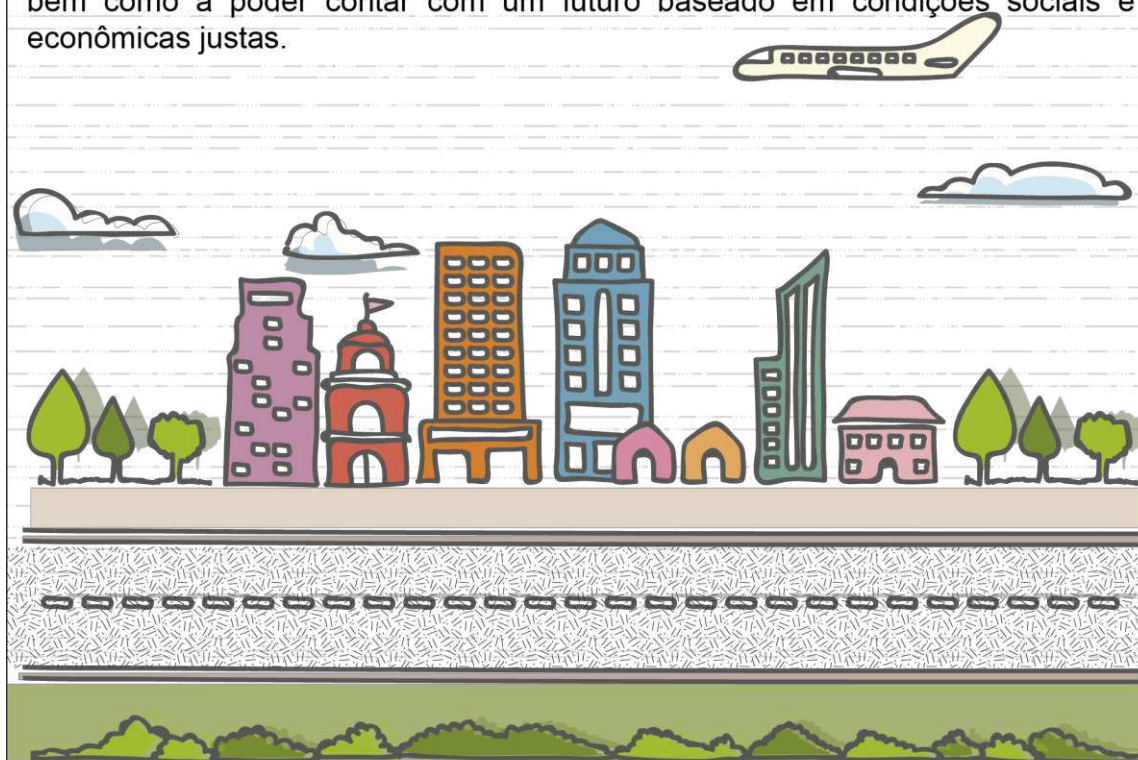
- As crianças são o fundamento do futuro e devem poder desenvolver de modo tal que assegure o desenvolvimento sustentável do planeta. A educação, a brincadeira e a participação são as chaves. As cidades devem ser projetadas para permitir o mover-se autonomamente, a pé, de bicicleta ou em meios públicos.

- A participação das crianças é essencial para criar projetos idôneos e viáveis para o ambiente urbano. As cidades projetadas pelas e com as crianças são melhores paratodos, constituem um enriquecimento para a sociedade inteira.

- É essencial que todas as crianças possam gozar de um ambiente salubre e seguro, com livre acesso às estruturas básicas, a água potável, e sejam protegidas de poluição, das doenças contagiosas e de qualquer outra condição que possa pôr em risco a sua saúde, onde seja possível socializar-se, brincar, participar e conhecer o mundo natural e social, desenvolvendo um sentido de pertencimento.

- Brincar é uma necessidade fundamental para o desenvolvimento e um fator chave para a educação e aprendizagem das crianças. É um meio crítico para compreender a si mesmo, o próprio ambiente, a propria cultura. O ambiente urbano deve ser planejado de modo tal a fornecer o espaço e tempo para a brincadeira livre, e assim permitir a experiência direto do contexto urbano.

- As crianças e suas famílias têm direito a viver num ambiente sustentável, bem como a poder contar com um futuro baseado em condições sociais e econômicas justas.



FONTE: BERTUOL, 2008

#### **4.2.1 O exemplo de Aveiro – Portugal**

Em 1989, após a articulação de diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) junto à Organização das Nações Unidas (ONU), foi criada a Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), sendo ratificada por todos os países, exceto Estados Unidos e Somália. Tal resolução serviu de base instrumental para políticas sociais voltadas para os interesses e direitos da criança, inclusive o direito à opinião. (MENDES, 2013)

Em 2008, o Município português de Aveiro aderiu à iniciativa Cidades Amigas das Crianças em conformidade ao CDC, com o objetivo de garantir o cumprimento dos direitos das crianças e dar mais visibilidade a suas contribuições. A Universidade local contribuiu significativamente para o estabelecimento do programa, que partiu de constatações a respeito das situações de infância na cidade, até o planejamento de ações voltadas para conscientização e garantia de direitos.

Trevisan (2012) explicita o método aplicado por Aveiro para inclusão das crianças nas tomadas de decisão da cidade: as Assembleias Municipais abriram espaço para jovens e crianças debaterem temas dirigidos a elas em seções conjuntas. No ano de 2011, os principais temas debatidos foram “a minha cidade” e “participação, cidadania e inclusão”.

“O conceito de cidades amigas das crianças é igualmente aplicável à governança de todas as comunidades que incluam crianças – pequenas e grandes, urbanas e rurais” (UNICEF, 2004, p.1). Através das Assembleias, em que participaram alunos do 1º, 2º, 3º ciclos e ensino secundário, foi possível identificar diversos temas em que a opinião infantil era plenamente exequível e que não era apenas necessário, mas também imprescindível incluir a infância nos processos de decisão públicos.

As soluções sugeridas pelas crianças (demonstradas no Quadro 2) abrangeram diversas áreas sociais e preocupação com aspectos negligenciados da cidade, como a recuperação de teatros antigos, por exemplo. Apesar da eficácia do método, as crianças participantes ainda apontaram dificuldades encontradas:

O facto das estruturas e linguagens mobiliadas lhe serem desconhecidas, dificultando a sua participação; o tempo ser escasso para promoção do debate e discussão de ideias, um dos fatores que mais valorizam na sua participação; questões de representatividade que consideram não estarem garantidas a todos os alunos das escolas, uma vez que apenas alguns terão acesso a essa mesma experiência. (TREVISAN, 2012, p.10)

**Quadro 2 - Propostas de intervenção das crianças de Aveiro, Portugal**

<b>Áreas de propostas</b>	<b>Propostas realizadas pelas crianças</b>
<i>Artes e cultura</i>	Equipamentos de desporto na escola; mais aquecimento; <b>arranjar os recreios e os parques das crianças</b>
<i>Ambiente</i>	<b>Parque da cidade (com animais)</b> ; limpar a cidade; mais árvores; limpar a Ria <sup>1</sup> ; renovar projetos com pássaros; limpar a cidade e <b>envolver jovens em campanhas na cidade</b> .
<i>Mobilidade</i>	Atenção às pessoas com <b>mobilidade reduzida</b> ; mais transportes públicos; <b>mais bicicletas para crianças (BUGAS<sup>2</sup>)</b> ; mais parques para as BUGAS; <b>mais circuitos de bicicleta</b> ; mais abrigos para autocarro
<i>Políticas Urbanas</i>	<b>Tratar de edifícios abandonados</b> ; pintar os edifícios; <b>tratar dos passeios</b>
<i>Artes e cultura</i>	<b>Recuperar teatros antigos</b> ; mais variedade cultural; arte na rua; <b>um museu para criança com visitas guiadas</b>
<i>Desporto</i>	Melhores piscinas e <b>skateparks</b>
<i>Segurança</i>	Mais polícia na cidade; menos vandalismo
<i>Acção social</i>	Dar comida às pessoas necessitadas e desempregadas, <b>sem abrigo e pessoas idosas</b>
<i>Saúde</i>	Melhores urgência nos hospitais; melhores centros de saúde

Fonte: TREVISAN,2012

<sup>1</sup> Estuário do Rio Vouga que se estende pelo interior do território português.

<sup>2</sup> As Bugas (Bicicletas de Utilização Gratuita de Aveiro), é um projeto pioneiro de bicicletas coletivas desenvolvido em Aveiro.

**Figura 18** - Crianças participando da Assembleia Municipal de Aveiro, 2011



Fonte: TREVISAN, 2012

A continuidade das ações desenvolvidas em Aveiro no ano de 2011 demonstram a afirmação das preocupações públicas em relação a infância e suas perspectivas para melhoramento e desenvolvimento da cidade. No quadro 3 a seguir, constam medidas atuais para a infância, baseadas na análise do Diagnóstico Social e Plano de Desenvolvimento Municipal de Aveiro para os anos de 2019 a 2021.

**Figura 19** - Autonomia na mobilidade das crianças em Aveiro



Fonte: SANTANA, 2018



**Quadro 3 – Estratégias de intervenção e visibilidade para o segmento de crianças e jovens em Aveiro para os anos de 2019 a 2021**

<p><b>Prioridade 1</b></p>	<p><b>Potenciar a concertação de recursos disponíveis na Infância e Juventude</b>          Problema: Fraca concentração de recursos disponíveis na área da infância e juventude – referida ausência de respostas de ocupação de tempos livres em período letivo especialmente a partir do 2.º ciclo e em período de férias escolares em todos os níveis de ensino nos meios rurais</p>
<p><b>Objetivos</b> <b>Ações</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Criar uma plataforma onde constem todos os recursos disponíveis na área da infância e juventude</b></li> <li>• <b>Elaborar proposta para criação de Observatório Municipal nesta área</b></li> <li>• <b>Dar continuidade aos programas de “ocupação tempos livres” para crianças/jovens entre os 8 e os 16 anos da periferia</b></li> </ul>
<p><b>Prioridade 2</b></p>	<p><b>Promover o desenvolvimento de medidas que assegurem o pleno exercício dos direitos das crianças</b>          Problemas: Modelos educativos e de parentalidade desajustados às necessidades das crianças e jovens (negligência parental e familiar);          Aumento do insucesso e abandono escolar associado à situação social, económica e cultural das famílias, características e perfis das crianças/jovens e da comunidade escolar</p>
<p><b>Objetivos</b> <b>Ações</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reforçar ações de desenvolvimento das competências parentais, para um maior/melhor acompanhamento aos jovens</b></li> <li>• <b>Dinamizar espaços de partilha, ações de sensibilização/informação sobre os Direitos da Criança (ex. assembleia de jovens, orçamento participativo infantil...)</b></li> <li>• <b>Envolver os Agrupamentos Escolas e as Unidades de Saúde na dinamização de ações de sensibilização/informação sobre cuidados de saúde primários na infância, adolescência e idade adulta</b></li> <li>• <b>Dinamizar ações de formação para profissionais (sociais/educação) na área do desenvolvimento da criança dos 0-6 anos de idade</b></li> </ul>

<p><b>Prioridade 3</b></p>	<p><b>Contribuir para o desenvolvimento de competências sociais e pessoais, diminuindo os comportamentos de risco (Programas de competências parentais dirigido a pais/EE e competências pessoais e sociais para crianças/jovens)</b>  Problemas: Assunção de Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) em idades cada vez mais precoces; Modelos educativos/parentais desajustados e conducentes à emergência de negligência parental/educativa, ao insucesso e abandono escolar, à adoção de comportamentos aditivos e dependências</p>
<p>Objetivos Ações</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Reforçar/aumentar o n.º de sessões de treino de competências dirigidas a pais/EE das crianças sobre fatores de proteção associados aos CAD</b></li> <li>• <b>Ações de formação dirigidas a pessoal docente e não docente no âmbito dos CAD</b></li> <li>• <b>Continuar a intervenção em contexto recreativo, festas académicas (por exemplo) sobre riscos associados aos CAD</b></li> <li>• <b>Continuar a promover uma intervenção integrada e articulada entre entidades que intervêm no âmbito dos CAD (IPSS, forças de segurança, CRI, CDT, Câmara Municipal, Segurança Social)</b></li> </ul>
<p>Observações</p>	<p>Esta prioridade é comum à prioridade 2 do Eixo 6 – Educação, Formação e Emprego</p>

FONTE: Diagnóstico Social e Plano Desenvolvimento Social de Aveiro 2019 – 2021

Apesar dos progressos de Aveiro em relação às políticas da infância e de participação nas decisões coletivas ainda são baixos os níveis de intervenções urbanas advindas das interferências e anseios infantis para a cidade. Nota-se que a maioria das resoluções giram em torno da garantia de direitos que envolvem saúde, educação e bem-estar social.

No entanto, as iniciativas do município português deram visibilidade ao segmento, abrindo caminhos para a expressão infantil em cenários anteriormente povoados em exclusivo por adultos. Essa iniciativa permanece como exemplo para desmistificar a infância como fase apolítica, e sim como fase cidadã dotada de plenos direitos sobre as cidades e suas decisões.

### **4.3 Empoderamento infantil – o urbanismo inclusivo no caso do projeto CriaCidade**

A visão da construção de cidade através de um modelo participativo ainda pode parecer uma utopia diante das desigualdades sócio espaciais presentes nos territórios urbanos. Mas, contrariando os modelos vigentes de edificação dos espaços, é possível destacar iniciativas que se baseiam na visão inclusiva e colaborativa da dinâmica das cidades.

O urbanismo inclusivo tem como mote o empoderamento de grupos marginais, tornando-os ativos na construção da comunidade e de suas decisões. Tais grupos possuem enfoques diversificados, abordando questões como gênero, acessibilidade, transportes e diversas causas que envolvem a representatividade no espaço público. (ZATARAIN, 2017)

Nessa perspectiva, a criança também representa um dos grupos atendidos pelo urbanismo inclusivo. Diversos projetos ao redor do mundo demonstram preocupação em estabelecer um vínculo entre a cidade e as ideias infantis, como o caso do projeto La Pelle de la Ciutat, de Barcelona. Segundo Zatarain (2017), a iniciativa propõe: “envolver as crianças em um modelo participativo que busca contribuir com a análise, reflexão e transformação do espaço público e da cidade através da influência de seus habitantes.”

No Brasil, a instituição CriaCidade desenvolve consultorias e assessorias em projetos sociais voltados para inclusão da criança como partícipe das cidades onde habitam. O projeto “Criança Fala”, desenvolvido por eles, busca promover a escuta das crianças através da interação lúdica entre elas próprias e o meio onde habitam.

O projeto culmina na elaboração de políticas públicas, projetos arquitetônicos e sociais. Segundo Nayana Brettas, fundadora da instituição, o objetivo do projeto é “promover e fortalecer a participação social de todos os habitantes para ter uma cidade mais humanizada, sustentável, criativa e brincante”. (CARPEGIANI, 2015)

**Figura 20** - Intervenção na rua feita por crianças do projeto Criança Fala



Fonte: CARPEGIANI, 2015

O próprio nome da iniciativa encarrega-se de introduzir sua proposta: o termo “cria” remonta à criança e atribui a ela a própria capacidade de criação da cidade, além de denotar esse ambiente como “cria” para as gerações vindouras.

Carpegiani (2015) relata que a primeira experiência da fundadora do projeto aconteceu no Plano Distrital pela Primeira Infância da cidade de Brasília no ano de 2013. A visibilidade do projeto levou a parcerias com a instituição filantrópica United Way Brasil e a Faculdade de Arquitetura da Belas Artes, através do curso “O Olhar e a Voz da Criança nos Projetos de Arquitetura”. A parceria entre as instituições levou à criação do projeto “Escuta Glicério”, iniciativa do programa São Paulo Carinhosa juntamente com a CriaCidade.

O bairro do Glicério, localizado na região central da cidade de São Paulo, é marcado pela decadência de edifícios clássicos transformados em cortiços e moradias irregulares. Tomaz e Soares (2017), apontam ainda no Glicério a expansão das cracolâncias, demonstrando os altos índices de vulnerabilidade social da região.

Figura 21 - Mapa do bairro Glicério, São Paulo



Fonte: TOTTI, 2007

O trabalho do CriaCidade no Glicério iniciou-se em 2015 e, as impressões iniciais da fundadora da ação foram: “O Glicério era meio paralisante para mim inicialmente. Ver aquelas crianças no meio do esgoto, dos ratos. O território era tão complexo que eu achava que só começando tudo de novo”. A partir da observação da complexidade dos problemas da região, e com o intuito de promover a redução da vulnerabilidade social das crianças locais, o projeto se expandiu e contou com intervenções em habitações coletivas, escolas e espaços públicos. (CARPEGIANI, 2015)

O projeto foi implementado sob três eixos: empoderamento de adultos e crianças por meio da formação; ressignificação dos espaços públicos através da ocupação e da transformação; e atuação em rede com diversos setores da sociedade. Para o primeiro, o Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério engajou os educadores de três escolas municipais, os familiares das crianças, as jovens lideranças comunitárias e os funcionários da unidade básica de saúde do bairro e da assistência social, a fim de melhorar o atendimento para os pequenos cidadãos. (REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA, 2016)

A Rede Nacional Primeira Infância (2016) relata que os trabalhos incluíram crianças de 3 a 11 anos em uma dinâmica de escuta que questionava suas visões acerca do bairro. O trabalho do grupo de estudantes de Arquitetura captava as percepções e desejo dessas crianças sobre os cortiços e pensões da região.

Além de atividades de desenho e contação de histórias, o Criança Fala no Glicério promoveu vivências ao ar livre com rodas de leitura, apresentação teatrais e circenses, além de também promover atividades aos adultos para que estes pudessem vivenciar a realidade das crianças. Em uma delas, os adultos mantinham-se de joelhos e andavam pelas ruas: ““Fui me colocando no lugar das crianças e vendo a cidade com seus olhos: as calçadas esburacadas e irregulares pareciam uma montanha russa de emoção, os prédios, tão enormes, pareciam que iam me devorar”, relata Nayana Brettas.

**Figura 22** - Atividades ao ar livre no bairro Glicério



Fonte: CriaCidade: transformar o espaço público pelo olhar da criança (2015)

Como desdobramento do projeto Criança Fala, no ano 2016, no mesmo bairro, foi realizado o projeto “Cidade que Brinca”, em que três ruas sofreram intervenção de pintura, mobiliário e instalação de brinquedos para integrarem um circuito de brincadeiras.

**Figura 23** - Pintura das ruas do bairro Glicério



Fonte: Rede Nacional Primeira Infância (2016)

**Figura 24** - "Cantinho das crianças"



Fonte: CARPEGIANI, 2015

A respeito dos relatos de interações decorrentes do projeto, Carpegiani (2015) aponta:

Em uma parte ociosa de uma calçada, foi instalado um brinquedão de pallet em parceria com o coletivo A Batata Precisa de Você<sup>3</sup>. As crianças estouraram bexigas de tinta no muro e escreveram “Cantinho das Crianças”. “Elas começaram a cuidar desse espaço. No dia seguinte, os adultos entulharam o brinquedo, mas as crianças foram tirando. Logo os adultos também estavam ajudando a limpar”.

A intervenção chamou a atenção da comunidade e garantiu reconhecimento ao projeto. Com ações como essa, o Criança Fala criou novas possibilidades de convivência pacífica, o que diminuiu a vulnerabilidade social da região. Moradores que antes não conversavam passaram a frequentar juntos o brinquedão, os eventos ao ar livre e as oficinas de artesanato para as famílias, que acontecem todo mês. “Foi uma demanda deles, para ajudar na geração de renda”.

Através do mapeamento afetivo do bairro, a realidade social das famílias da região vem sendo transformadas em uma nova perspectiva de apropriação e cuidado com o território. Através do projeto, firmou-se o fortalecimento de lideranças locais, bem como a criação de uma rede de crianças transformadoras que zelam e estabelecem vínculos afetivos com o espaço.

O caso do CriaCidade demonstra a eficácia e o poder de impacto das ações que envolvem a retomada do lugar de fala na fase da infância. Nota-se também que não são necessários exorbitantes investimentos financeiros, haja vista que o envolvimento local é voluntário e causado pela percepção da própria comunidade acerca de seus efeitos.

Cabe, portanto, aos planejadores urbanos e aos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas a adoção da escuta infantil em suas agendas. Deste modo, a construção da cidade tornar-se-á um exercício menos impositivo e mais plural.

---

<sup>3</sup> O movimento “A Batata Precisa de Você” é um coletivo que promove a ocupação regular do Largo da Batata em Pinheiros, São Paulo.



**Figura 25 - Mapa Afetivo do Glicério**



Fonte: Juliana Rosa / São Paulo São (2016)

**Figura 26 - Apropriação das escadarias do Glicério**



Fonte: Rede Nacional Primeira Infância (2016)

## 5 ESTUDO DE CASO: A INFÂNCIA NA VILA CASCAVEL- PERCEBENDO E SONHANDO A CIDADE DE SÃO LUÍS.

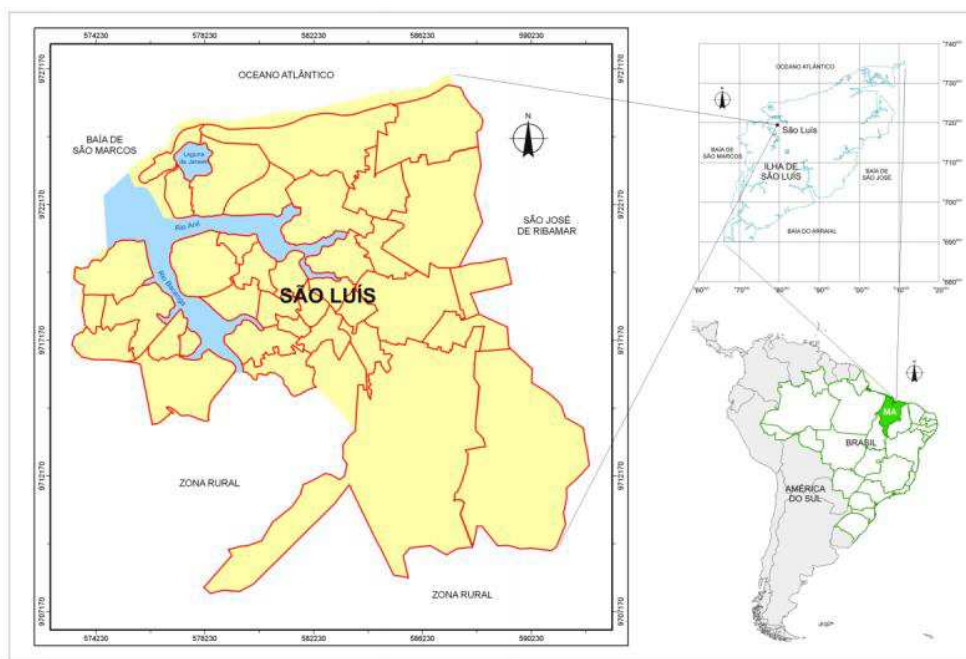
### 5.1 Breve análise da infância em São Luís

As perspectivas de “direito à cidade” foram introduzidas pelo filósofo francês Henri Lefebvre em seu livro de 1968. “O direito à cidade seria o direito a transformar e projetar uma nova cidade, na qual predominassem o valor de uso — focada nas necessidades das pessoas — e a autogestão em todos os âmbitos da vida”. (LIMA, 2018)

Kuhnem e Silveira (2008) apontam que os segmentos socioeconômicos mais desfavorecidos, no entanto, são mais limitados no que diz respeito ao exercício de tal direito e no acesso à participação na cidade. As crianças, naturalmente já excluídas desse processo, possuem ainda menos voz quando incluídas no nicho da pobreza. Em São Luís do Maranhão, essa realidade se replica.

São Luís, local de desenvolvimento dessa pesquisa, é a capital do Estado do Maranhão, localizado no nordeste do Brasil. Juntamente com os municípios de Paço do Lumiar, Raposa e São José de Ribamar, formam a Grande Ilha, com área estimada de 1.410,015 km<sup>2</sup>. O município de São Luís possui 834,78 km<sup>2</sup>, cerca de 57% do território da ilha. (PETRUS e JUNIOR, 2015)

**Mapa 1 - Ilha de São Luís**



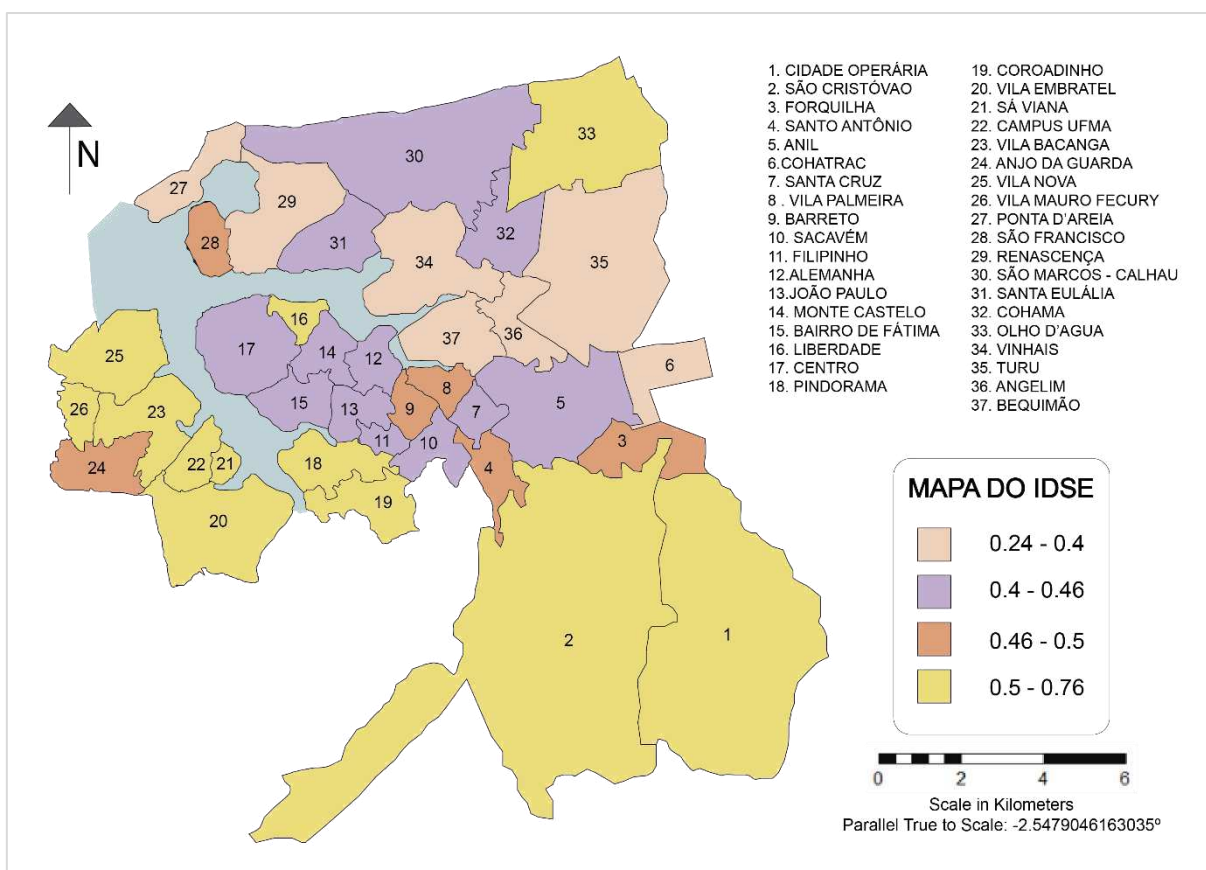
Organizado e adaptado por: Adriano M. Rocha (2015)

Fonte: (PETRUS e JUNIOR, 2015)

Marcada por intensivos antagonismos entre as realidades vividas pela população, a cidade se mostra excludente em diversos espaços, o que pode ser pontualmente perigoso para o desenvolvimento e exercício da cidadania das crianças, haja vista os pontos anteriormente discutidos neste trabalho.

A partir de análises de aspectos demográficos, habitacionais, educacionais, econômicos e de infraestrutura, Petrus e Junior (2015) implementam o Índice de Desigualdade Socioespacial (IDSE) da cidade de São Luís, no qual qualificam como nenhuma desigualdade socioespacial o índice zero, e desigualdade socioespacial intensa o índice 1.

**Mapa 2 - Mapa do Índice de Desigualdade Socioespacial de São Luís – IDSE / SL**



Fonte: (PETRUS e JUNIOR, 2015)

Apesar de não ser constatado no estudo nenhum bairro com desigualdade socioespacial intensa, é significativo o número de bairros que apresentam índices consideráveis de desigualdade socioespacial, a saber: Coroadinho, Vila Mauro Fecury, Campus/UFMA, Sá Viana, Olho d'Água, Vila Embratel, Vila Bacanga, Cidade

Operária, São Cristóvão, Pindorama e Vila Nova, sendo este último o que mais se aproxima da desigualdade intensa. (PETRUS e JUNIOR, 2015)

A importância de se ter esses dados aliados aos estudos sobre a realidade infantil na cidade está no fato de que as desigualdades são fatores preponderantes no aumento da vulnerabilidade das crianças e, na exposição do que lhes é direito – no caso deste estudo, a percepção, a realização e o pertencimento à cidade – é de suma relevância o esclarecimento das desigualdades como propulsoras da invisibilidade a que grande parcela da população está submetida, e, dentre ela, a participação da infância permanece exponencialmente marginalizada.

Sobre tais aspectos, Costa (2009) aponta as observações de Mário Volpi, coordenador do Programa de Cidadania dos Adolescentes do Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento da Infância (Unicef), que considera a “desigualdade como obstáculo para as políticas e programas criados para a promoção de direitos de crianças e adolescentes”. Em outra observação, Volpi declara que

"O Brasil deve enfrentar essas disparidades. São essas desigualdades que fazem que uma criança negra, uma criança favelada, uma criança no semi-árido ou uma criança na Amazônia tenha menos oportunidade de realizar os seus direitos" (COSTA, 2009)

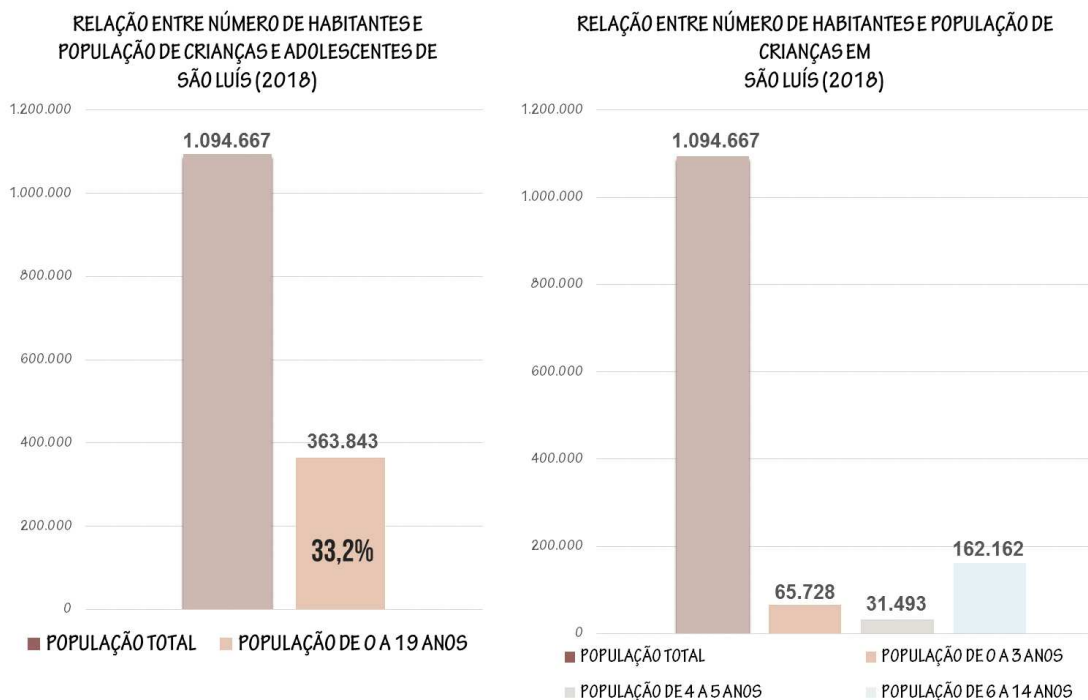
Em São Luís, a população infantil constitui significativa parcela da população. Por esse motivo, fazem-se importantes as análises propostas nesse estudo, aliadas aos aspectos urbano, espacial e de direitos da criança

Segundo pesquisas da Fundação Abrinq, cerca de 32,2% da população ludovicense corresponde a crianças e adolescentes com idades entre 0 e 19 anos. Considerando que a infância é considerada nas idades entre 0 e 12 anos pelo o Estatuto da Criança e do Adolescente, ECA, citado anteriormente neste trabalho, este dado se mostra impreciso<sup>4</sup> - bem como a maioria dos dados referentes à infância – mas, ainda assim, relevante.

---

<sup>4</sup> A maioria dos dados oficiais sobre a infância no Brasil estão associados aos dados da adolescência no país, apesar da definição de idade da faixa etária infantil ser bem especificada pelo ECA. Isso releva certo descaso com ambos os grupos e a tendência a se aglutinar estratos minimizados, retirando-lhes suas autonomias e singularidades.

**Figura 27 - População de crianças e adolescentes em São Luís (2018)**



Fonte: Estimativas populacionais produzidos pelo IBGE e enviadas ao TCU estratificadas por idade pela Fundação Abrinq

O Governo do Maranhão, em parceria com a Unicef, Fundo das Nações Unidas para a Infância, aderiu ao programa Selo Unicef, marca atribuída às prefeituras que planejem ações em prol das crianças.

“Para ter acesso ao Selo, as Prefeituras devem apresentar ações de valorização da criança no atendimento à saúde e educação, visando reduzir a mortalidade infantil, aumentar a permanência dos alunos nas escolas e enfrentar o trabalho infantil e a exploração sexual.” (DINO, 2017)

Ainda em parceria com a Unicef, também se iniciaram no ano de 2019 a elaboração de projetos de espaços públicos voltados às crianças. A metodologia endossa a necessidade de aproximação dos planejadores urbanos com a infância, proporcionando “resgate dos espaços públicos das comunidades, proporcionando lazer, segurança, incentivo à cultura e, sobretudo, saúde e educação” (GOVERNO DO MARANHÃO, 2019).

## 5.2 Descrição metodológica do Estudo de Caso

Com o intuito de direcionar e concretizar os estudos desenvolvidos ao longo deste trabalho, buscou-se tornar a investigação aplicável, de modo a comprovar os pontos de vista defendidos no decorrer do estudo. Tendo-se em mente que em todo o processo de aprofundamento teórico foi demonstrada a importância da cidade pensada juntamente ao olhar da criança, bem como a necessidade de inclusão das mesmas no processo de execução do ambiente urbano para formação cidadã. No referido estudo de caso as crianças se tornaram protagonistas na elaboração de um planejamento para a cidade que elas almejam para o futuro.

Baseado na metodologia aplicada por Kuhnen e Silveira (2008), o estudo de caso baseia-se em entender como a criança se apropria dos espaços que frequenta na própria cidade e, a partir disso, captar seus anseios para o futuro desses locais. Para isso promoveu-se uma série de atividades como um grupo de crianças de baixa renda da Creche Comunitária Renascer para o Futuro, localizada na Vila Cascavel, Bairro São Raimundo, em São Luís.

**Figura 28** - Creche Renascer, Vila Cascavel



Fonte: LINDOSO, 2019

Segundo a Diretora da instituição e mediadora de todas as atividades, Neuma de Sousa, a creche atua há mais de 13 anos, atendendo a 75 crianças matriculadas, além das crianças que frequentam os projetos comunitários que acontecem nas dependências do estabelecimento aos finais de semana. Com o apoio de programas

Federais, atinge um público dos bairros adjacentes: Pontal Da Ilha, Jardim São Raimundo. Santa Barbara e Tajipurú.

Dentre os alunos da creche, foi selecionado um grupo com 20 criança com idades entre 5 e 10, incluindo tanto crianças matriculadas quanto crianças da comunidade envolvidas nos programas da instituição. A escolha da faixa etária se deu devido ao desenvolvimento psicomotor já apresentado e necessário para o desenvolvimento das atividades propostas.

O método aplicado envolveu dois momentos distintos: o “encontro – passeio” e o “encontro – temático”. O primeiro foi proposto como forma de estimular a cognição através da deambulação por espaços da cidade. Como destino, foi escolhido o Centro Histórico de São Luís, desconhecido pela maioria das crianças. Esse fato, inclusive justifica a escolha do lugar: além da busca por entendimento da relação da criança em seus lugares de grande frequência, era necessária também a análise das percepções frente a lugares novos, mas que, ainda assim, lhes pertenciam.

Kuhnen e Silveira (2008), apontam que o escopo desse momento é “compreender como as pessoas se comportam no ambiente e como o ambiente pode modificar seus comportamentos. “ (apud UZZEL e ROMICE, 2003, p.66)

O segundo momento, o encontro – temático, objetivou evocar os repertórios e vivências das crianças, adquiridos tanto no passeio, quanto em seus cotidianos. Através de atividades lúdicas como música, desenhos, diagramas e brincadeiras, elas puderam se expressar acerca dos seguintes temas norteadores:

- **A cidade a comunidade:** descrever quais os elementos da comunidade onde vivem, quais os locais de maior frequência, que mais gostam e quais não se sentem à vontade. Nessa etapa também foram levantados os pontos que mais despertaram a atenção durante o passeio, bem como as brincadeiras que costumam desenvolver.
- **Construindo a cidade:** relatar sobre quais elementos compõem a cidade. Através da associação e de palavras chave, esta fase das atividades demonstra o olhar atento das crianças sobre a dinâmica das comunidades.
- **A cidade que queremos:** a partir de todas as observações anteriores, nessa fase as crianças puderam sugerir modificações, aprimoramentos e o que queriam manter em sua comunidade no futuro. Esse processo envolveu tanto a instigação da imaginação quanto a busca de uma realidade possível.

Os encontros culminam na produção final de uma cartilha ilustrada, uma espécie de “ata” onde são compilados os anseios das crianças, como autoras do ambiente urbano, para a construção da cidade. A cartilha visa servir de suporte para planejadores urbanos que visem incluir a infância em suas agendas e de endosso a pesquisas futuras na área.

### **5.2.1 Situação urbano-social da Vila Cascavel**

Apesar do foco central desta pesquisa abordar a cidade – como unidade não segmentada - sob a perspectiva da criança, o repertório adquirido pelo grupo de crianças participantes da pesquisa deve-se em muito ao lugar onde moram.

Assim, fez-se necessário abordar a realidade vivenciada no bairro Vila Cascavel para assim tornar claro o entendimento dos impactos e das necessidades sociais e urbanísticas dessas crianças.

O histórico da região da Vila Cascavel tem seu início a partir da década de 70, na qual São Luís vivenciou um aumento populacional de 139%, segundo os dados do censo do IBGE.

O aumento exponencial da população se fundamentou em três pilares: questões de política fundiária, o desenvolvimento do Programa Grande Carajás e a melhoria ao acesso para o município, favorecendo respectivamente o êxodo rural, a oferta de emprego e a construção/ampliação de rodovias. Esse aumento proporcionou um crescimento acelerado e desordenado do território, tornando possível o surgimento de novas áreas urbanas, financiadas pelo poder público e iniciativa privada, para a implantação de conjuntos populacionais (ARAUJO E RANGEL, 2012).

Da mesma forma que novas áreas urbanas legais surgiram, ocupações desordenadas e irregulares expandiram-se pelo território, adentrando principalmente as áreas de mangue com a instalação de palafitas e de bairros periféricos. Essas regiões alocaram majoritariamente habitantes oriundos do interior do Maranhão ou de outros estados do Brasil, migrando a São Luís atraídos pela demanda de mão de obra e oferta de serviços (BANI, 2016).

Porém os altos preços exigidos pelo mercado imobiliário legal, excluíram dos migrantes a possibilidade de aquisição de habitações. Nas décadas de maior aumento populacional em São Luís (70-90), contextualizadas com a impossibilidade de compra de habitações formais pelos migrantes, ações comunitárias aconteceram, reunindo

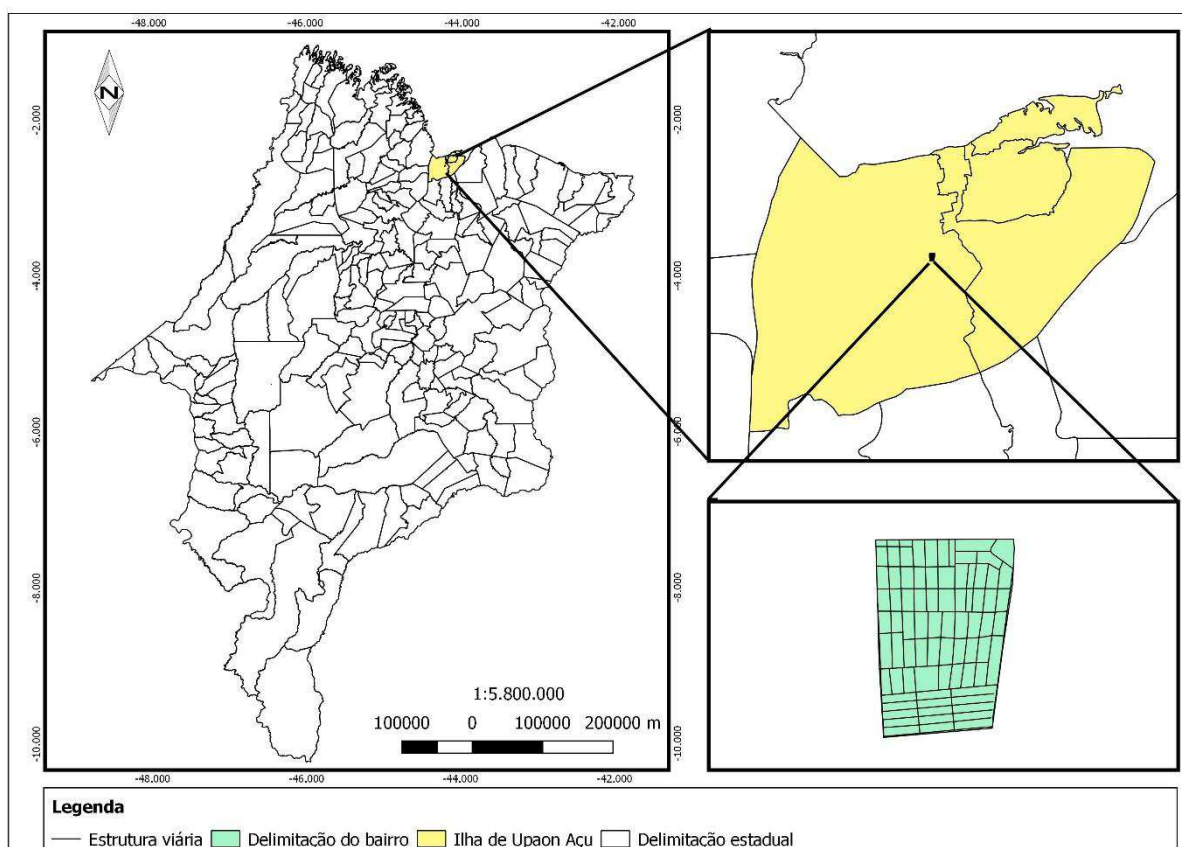


famílias interessadas a sair dos arredores das empresas que os contrataram, para se instalarem em áreas onde pudessem construir suas próprias habitações.

Um dos bairros periféricos ludovicenses que surgiram nesse mesmo período, foi o da Vila Cascavel, o qual aconteceu envolvendo várias entidades sindicais, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Cáritas e a Central Única de Trabalhadores (CUT) (DINIZ, 1999) que participaram das lutas urbanas que reivindicavam resistência nas regiões alagadas e palafitas, e as ocupações de terras urbanas (LUZ, 2004).

No final do primeiro semestre de 1995 o território do bairro foi ocupado por cerca de 2000 famílias que lotearam a área. Porém, a ocupação do território do bairro se deu envolta a lutas de titularidade dos terrenos, os quais eram reivindicados por empresas de construção civil. O estabelecimento definitivo dos ocupantes só se deu ao final do ano de 1996, quando conseguiram apoio do governo estadual.

**Mapa 3 - Localização Vila Cascavel**



Fonte: LINDOSO, 2019

Em termos de localidade, a Vila Cascavel situa-se em área próxima aos conjuntos habitacionais de São Raimundo e da Cidade Operária, nas proximidades do Aeroporto Internacional São Luís e, segundo o Instituto da Cidade de São Luís (2013), conta com cerca de 5578 habitantes.

O bairro é situado em áreas de mangues, suas instalações são feitas de barracos e mocambos construídos com material de refugo, como caixotes, tábuas soltas, folhas de zinco, ou por palha, taipa e adobe (DINIZ, 1999).

A pobreza e o aspecto caótico são notáveis, os serviços públicos ainda primários, arruamento desordenado; o acesso a água e luz é precário; ainda existem no bairro prolongamento dos fios elétricos de um barraco a outro, os esgotos são depositados a céu aberto e a coleta de lixo é ineficaz. A precariedade do saneamento básico revela o aspecto mais emergente do bairro, prejudicando primordialmente as crianças (DINIZ, 2007).

Destaca-se ainda a existência de uma relação de dependência entre a Vila Cascavel e os conjuntos habitacionais próximos, que ocorre devido ao não atendimento das necessidades básicas de consumo de infraestrutura urbana como justiça, segurança, educação, lazer e alimentação que esses conjuntos dispõem individualmente. Ainda serviços de escolas, supermercados, postos de saúde entre outros são deficientes no bairro (BANI, 2016).

Cabe destacar a grande influência do setor terciário informal na dinâmica dos serviços econômicos do bairro, o qual remonta ao início do advento da indústria para o Maranhão. O êxodo rural que encaminhou camponeses em busca de emprego em São Luís, ocasionou o inchamento populacional, seguido da precariedade de mão obra e fazendo com que a não absorção dessas migrações nas indústrias, levasse os novos habitantes a desenvolverem novos tipos de relação econômica, ou seja, o setor terciário informal. O setor caracteriza-se pela existência de pequenos comércios informais estabelecidos na vizinhança (DINIZ, 2007).

**Mapa 4 - Mapa de Caracterização de pontos da Vila Cascavel**



Fonte: LINDOSO, 2019

Por fim, torna-se evidente no bairro a carência em todas as esferas. No que diz respeito e infraestrutura urbana, a Vila Cascavel não oferece espaços livre públicos, deixando os moradores dependentes dos espaços disponíveis nas comunidades adjacentes.

Nota-se, novamente a dependência da Vila Cascavel em relação ao seu entorno, ainda que este se mostre carente no atendimento de seus próprios moradores.

**Figura 29** - Espaços livres utilizados pelos moradores da Vila Cascavel



Fonte: LINDOSO, 2019 a partir de PRADO, 2014

### **5.2.2 Encontro – Passeio: descrição e impressões**

Conforme mencionado anteriormente, as atividades desenvolvidas com o grupo de crianças da Vila Cascavel iniciaram-se com o encontro - passeio que visava complementar as vivências do grupo. Ocorrido no dia 23 de abril de 2019, o passeio se iniciou com saída da creche em direção ao Centro Histórico de São Luís.

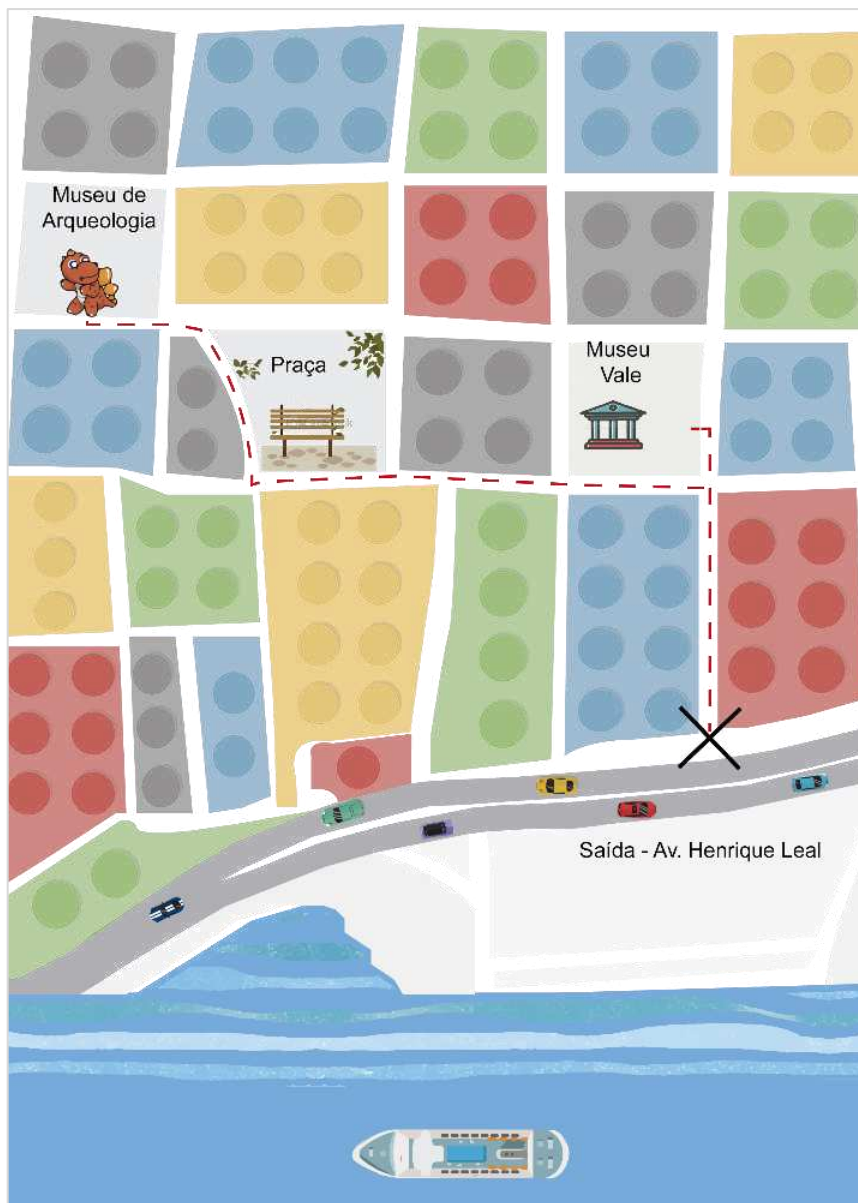
No caminho, as crianças foram instigadas a demonstrarem seus conhecimentos sobre aspectos urbanos, sendo introduzidos conceitos básicos como: o que são ruas, quadras e pontos de referência. Apesar da idade considerada limitada, as crianças demonstraram ter conhecimentos práticos sobre esses itens, associando sempre seus significados a alguma prática cotidiana. Por esse motivo, esta etapa ocupou tempo inferior ao programado, haja vista o repertório já avançado das crianças.

Chegando ao Centro Histórico, o grupo iniciou o passeio na Av. Henrique Leal, próxima ao prédio do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Neste ponto, foram entregues mapas, nos quais estavam descritos os caminhos a serem percorridos até a chegada de dois pontos de referência, o Centro Cultural Vale Maranhão e o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão, localizados na Av. Henrique Leal e Rua do Giz, respectivamente.

O objetivo dos mapas era estimular o senso de espacialidade e familiariza-los com o espaço. Além disso, foi importante também para transmitir segurança, já que o local era desconhecido. Desta forma, as crianças sabiam que existiam destinos e que, seguindo os caminhos, não se perderiam.

Nas representações gráficas, buscou-se associar os elementos do mapa ao universo infantil. As quadras foram representadas pela figura do lego, demonstrando a cidade com espaço de encaixes, moldada por todos, inclusive os pequenos. Já as ruas foram associadas aos jogos de Pac Man, no qual, assim como no espaço urbano, as crianças poderiam ter autonomia no traçado dos caminhos.

**Figura 30** - Mapa lúdico para estímulo da espacialidade durante passeio



Fonte: LINDOSO, 2019

Nesta fase, as crianças também apresentaram reações avançadas em relação ao que era esperado. O auxílio do mapa trouxe confiança e empolgação, de modo que, em dados momentos tornou-se necessário redobrada atenção para que o grupo se mantivesse próximo. Convencidas de que o mapa já lhes garantia conhecer o caminho aos destinos, as crianças, organizadas em duplas, não demonstraram em nenhum momento temor frente ao espaço desconhecido, pelo contrário, agiram de forma a desbravar a novidades do ambiente novo,

**Foto 1** - Chegada do grupo ao Centro Histórico com mapa lúdico em mãos



Fonte: LINDOSO, 2019

A primeira parada, no Centro Cultural Vale Maranhão, foi breve devido à contratempos por parte da organização do Centro. No entanto as crianças puderam adentrar ao espaço e apreciarem com liberdade parte da exposição disponível.

**Foto 2** - Primeira parada no Centro Cultural Vale



Fonte: LINDOSO, 2019

O trajeto se seguiu até a segunda parada, o Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão e, nesta fase do percurso, as crianças encontraram ainda mais liberdade de movimento devido à passagem por ruas sem presença de carros. Essa característica, inclusive, chamou bastante atenção dos pequenos, além das ruas de pedra, sem o tradicional asfalto conhecido por eles e a configuração diferente das casas, que levou uma das crianças a observar: “essa casa não tem portão!”

A escadaria da praça Nauro Machado também causou impacto, levando o grupo a citar diversas brincadeiras que poderiam ser desenvolvidas no local. Porém a ausência de sombras no local dificultou a permanência.

**Foto 3** - Parada em escadaria da praça Nauro Machado



Fonte: LINDOSO, 2019

Já na chegada ao Centro de Pesquisa, as crianças esboçaram sentimentos de completa satisfação, haja vista que haviam completado o percurso do mapa. Lá, tiveram contato com universos de pesquisas relacionados a dinossauros, pré-história e cultura indígenas, tendo a possibilidade de tocar em objetos desconhecidos e fazer perguntas aos monitores do Centro.



**Foto 4 - Crianças em exposição temática**



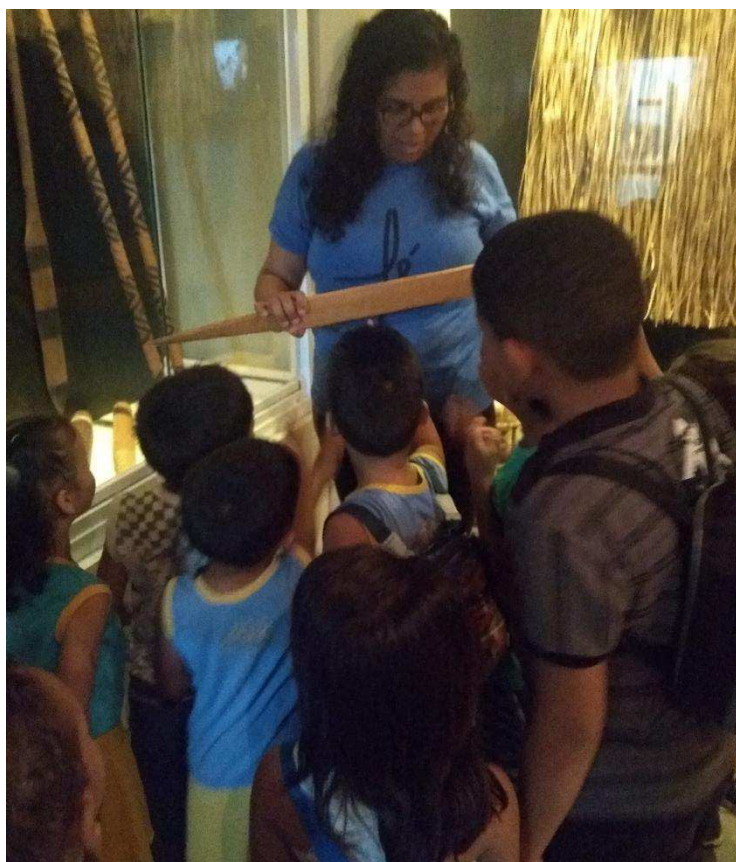
Fonte: LINDOSO, 2019

**Foto 5 - Exposição sobre modos de vida pré-históricos**



Fonte: LINDOSO, 2019

**Foto 6** - Contato do grupo com instrumentos indígenas expostos



Fonte: LINDOSO, 2019

O contato próximo com as peças manteve as crianças sempre atentas às explicações dos guias, levando o grupo a ser elogiado pela equipe pelo comportamento, envolvimento e participação, apesar da pouca idade. Por fim, o contato com as exposições do Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão enriqueceu as atividades pois, além do contato com o ambiente da cidade proposto pela pesquisa, proporcionou também a ampliação do repertório infantil no que diz respeito às cargas culturais e históricas presentes na cidade.

### **5.2.3 Resultados Finais: Descrição e análise a partir do Encontro - Temático**

Ocorrido no dia 10 de junho de 2019, a o encontro temático, último item da metodologia aplicada, ocorreu nas dependências da creche na Vila Cascavel e pôde demonstrar os impactos que a atividade gerou nos conhecimentos dos alunos. Em um primeiro contato, logo relataram que gostariam de vivenciar a experiência novamente.

No início das atividades foram entregues recursos de desenhos a todos, de modo que se sentissem livres para demonstrar através de desenhos suas impressões sobre os eixos indagados pela metodologia de pesquisa.

No tema “A cidade a comunidade” buscou-se entender como as crianças interagiam e se relacionavam com o meio onde viviam, a Vila Cascavel, e com a cidade de São Luís. Identificar essa apropriação dos espaços, segundo Kuhnen e Silveira (2008, p. 303) permite demonstrar o simbolismo da interação entre espaço e indivíduo.

**Quadro 4 - Roteiro de atividades do Eixo Temático “A Cidade e a Comunidade”**

<b>Tema</b>	<b>Pergunta Norteadora</b>	<b>Atividades</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>
<b>A Cidade e a Comunidade</b>	Como as crianças percebem a cidade e sua comunidade?	Introdução com identificação dos nomes e brincadeiras para interação.	Preparar as crianças para as temáticas a serem introduzidas	Maior abertura para interação
		Entrevista sobre a cidade de São Luís	Identificar quais locais e características marcantes na cidade. Captar as percepções sobre o passeio	Entendimento das relações das crianças com o meio e obtenção dos resultados do passeio
		Entrevista sobre a comunidade Vila Cascavel	Identificar quais locais de preferência na comunidade, onde brincam, o que gostam ou não, etc.	

Fonte: LINDOSO, 2019 a partir de KUHLEN E SULVEIRA, 2008

De modo geral, as crianças demonstram pouca vivência nas outras regiões da cidade, restringindo seu raio de exploração às comunidades vizinhas. Os poucos locais frequentados por elas fora da comunidade faziam parte de esfera privada: shoppings e cinema e, até mesmo este último, nunca fora frequentado por alguns.

Os únicos locais públicos frequentados (ainda que com pouca incidência) em outros bairros da cidade foram as praias, mas ainda assim, citados com pouca ênfase devido à distância e dificuldade de transportes.

O Encontro – Passeio, nesse aspecto, impulsiona a descoberta de novos ambientes no espaço urbano no que diz respeito ao lócus público como oportunidade de integração socioespacial, sendo até referido no discurso de uma das crianças um relato sobre a caminhada no Centro Histórico: nunca havia andado por uma rua sem que fosse obrigado a trafegar pela calçada. Lá, no entanto, pôde não se preocupar com a passagem de carros que lhe oferecessem perigos.

Já na própria Vila Cascavel, as crianças demonstraram relativa participação nas dinâmicas do bairro, como brincadeiras de rua, caminhadas aos comércios próximos e igrejas. Porém também relataram que tais acontecimentos eram restritos e sempre acompanhados de adultos com determinação de horário e locais permitidos.

Outra observação importante ressalta a característica já observada anteriormente em análise do bairro: os espaços livres de praças eram os locais preferidos para brincadeiras, mas se concentravam em regiões externas à comunidade, principalmente na região do São Raimundo.

**Foto 7** - Primeiro contato: crianças em atividade livre



Fonte: LINDOSO, 2019

O tema “Construindo a Cidade” encarregou-se de identificar quais elementos as crianças associavam à cidade. Esses elementos, organizados em forma de diagrama, foram, em seguida, agrupados em pequenos blocos de itens semelhantes ou que, de alguma maneira, estavam associados.

**Quadro 5 - Roteiro de atividades do Eixo Temático “Construindo a Cidade”**

<b>Tema</b>	<b>Pergunta Norteadora</b>	<b>Atividades</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>
<b>Construindo a cidade</b>	O que eu posso encontrar na cidade?	Desenhar a cidade e explicar o motivo de representar cada elemento	Reiterar as análises acerca das impressões sobre o espaço	Desenhos e relatos
		Diagrama “ E a Cidade, o que tem? ”	Sintetizar em elementos chaves quais elementos as crianças pontuam como fundamentais para constituição de uma cidade	Conclusão do diagrama

Fonte: LINDOSO, 2019 a partir de KUHLEN E SULVEIRA, 2008

A atividade de desenho da cidade despertou interesse imediato por parte das crianças. Apesar da pluralidade de representações, a figura das ruas e carros se sobressai em relação aos demais elementos. Essa importância dada ao carro em detrimento à própria figura humana nos insere na realidade em que a infância atual se desenvolve: não há espaço para pessoas, o carro é a prioridade em todos os lugares e os espaços tem seu uso subjugado à possibilidade de utilizar ou não o automóvel.

Outro aspecto identificado nos desenhos é a representação constante de vegetação. Ainda que o espaço urbano de forma geral seja carente em áreas livres vegetadas, as crianças reconhecem nesse ambiente um componente essencial na formação das cidades.

**Figura 31** - Representação da cidade: Aylla, 5 anos



Fonte: LINDOSO, 2019

**Figura 32** - Representação da cidade: Ketllyn, 5 anos



Fonte: LINDOSO, 2019

O desenvolvimento do diagrama também elencou itens significativos como elementos da natureza, meios de transporte, equipamentos de lazer e institucionais. Refutando as perspectivas da infância como estágio do desenvolvimento alheio ao mundo exterior ao seu convívio, o grupo demonstrou observações holísticas do meio urbano.

Na representação final do diagrama, os elementos de naturezas semelhantes foram agrupados de modo a configurarem unidades de sentido. A cidade, portanto, seria um conjunto complexo de elementos que se inter-relacionam e não fogem ao olhar infantil.

**Figura 33** - Elementos componentes das cidades segundo as crianças



Fonte: LINDOSO, 2019 a partir de entrevista pré-estruturada

Por fim, o Encontro Temático culmina no debate do item “A Cidade que Queremos”, no qual o cerne desta pesquisa se concretiza: quais as características presentes em uma cidade planejada a partir do olhar da infância?

É neste ponto também que todas as atividades anteriores se complementam ao justificar, através de todo repertório demonstrado pelas crianças, todos os elementos elencados como fundamentais em uma cidade sonhada,

**Quadro 6** - Roteiro de atividades do Eixo Temático “A Cidade que Queremos”

<b>Tema</b>	<b>Pergunta Norteadora</b>	<b>Atividades</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>
<b>A cidade que queremos</b>	Como seria uma cidade melhor para as crianças e para o futuro?	Escuta da música “A cidade ideal” dos Saltimbancos	Expandir as possibilidades de imaginação para concepção da cidade almejada	Descontração, integração e disponibilidade imaginativa
		Roda de conversa sobre elementos colocados na “nova cidade”	Dar visibilidade aos anseios das crianças na construção do espaço urbano	Elaboração de ata ilustrativa: “Mas, afinal, o que querem as crianças?”

Fonte: LINDOSO, 2019 a partir de KUHLEN E SULVEIRA, 2008

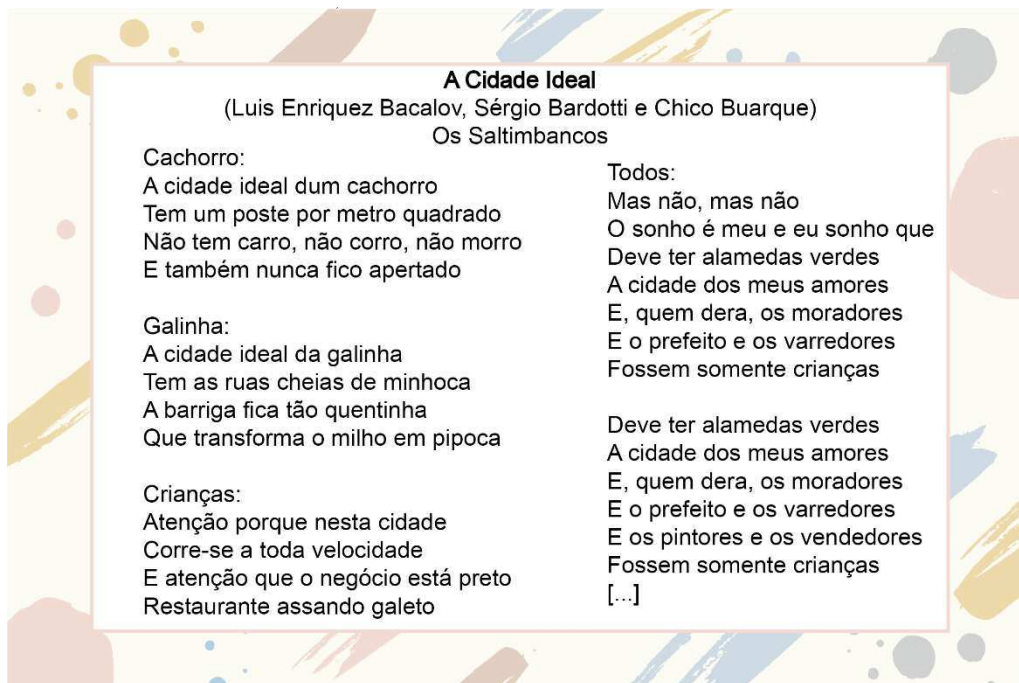
A escolha da Música “A cidade ideal” para execução da primeira atividade desse eixo temático deve-se à clara busca da canção por demonstrar as peculiaridades de cada animal perante a construção de uma cidade sonhada. Essa possibilidade de oferecer às crianças a contemplação de novas perspectivas acerca dos anseios do outro – seja ele elemento da natureza ou seres humanos - amplia seus olhares acerca das necessidades que os envolvem além das suas próprias.

Além disso, as hipérboles e utopias colocadas na canção através do desejo de cada anima, estimulam as crianças a executarem associações e planejamento lógicos, tendo em vista que a experiência da fuga da realidade prioriza uns em detrimento de outros. Em outras palavras, as crianças são provocadas a buscarem a



construção da cidade de modo realista para que, assim, todos os membros da comunidade sejam atendidos em suas necessidades.

**Figura 34** - Trecho da música “A Cidade Ideal”



Fonte: BUARQUE, 1977

Após a desinibição proporcionada pela atividade musical, o grupo foi incentivado a expressar através dos métodos que se sentissem mais confortáveis (fala, desenho ou expressões corporais) seus planejamentos para a cidade comunidade onde vivem, levando em consideração todos os aspectos citados anteriormente por eles.

De forma semelhante ao estímulo por identificação dos problemas, as crianças puderam propor soluções seguindo princípios das “cidades criativas”: inovação, conexões e cultura (O que faz uma Cidade ser Criativa? 2014)

Como resultado da roda de conversa, chegou-se à produção final da pesquisa, que constitui resumo dos 6 principais anseios e sugestões infantis na constituição das cidades. Fazendo analogia aos documentos oficiais resultantes de registros das resoluções tomadas em instâncias públicas, à produção incorporada aos apêndices desta pesquisa qualificou-se como “ata”.

Optou-se pela representação desta de forma lúdica, seguindo as formas de identificação das crianças envolvidas no processo. Por fim, a partir de frases-chave, a ata segmenta-se em breves reflexões sobre as questões abordadas, mas atem-se a aponta-las de maneira aberta, já que visa suscitar debates e servir como elemento propulsor para estudos futuros.

As reivindicações infantis citadas na produção ocorreram de forma espontânea após as atividades propostas, a partir das quais identificou-se áreas sobre as quais tais sugestões poderiam ser abordadas, a saber:

- **Espaços urbanos multigeracionais.**

*“A minha avó sempre me leva ao parquinho. Mas é longe e ela diz que perde muito tempo sem fazer nada. Por isso a gente não vai.” (A. S. 5 anos, moradora da Vila Cascavel)*

Em 1970, 17% dos domicílios brasileiros abrigavam famílias compostas por pais, filhos e outros parentes externos a esta relação. No ano de 2010, no entanto, esse número variou para aproximadamente 25%. Isso implica dizer que um quarto da população brasileira convive com mais de duas gerações da própria família. (MARCONDES, 2017)

O desafio posto aos planejadores urbanos, nesse aspecto, diz respeito a promoção de espaços públicos seguros e atrativos para todos os públicos etários, com atenção às necessidades das crianças e idosos. O desafio de tal modalidade de planejamento baseia-se, segundo Sousa (2003), na transição de um planejamento hierárquico tradicional (no qual o “modelo” de usuário é centrado no padrão já discutido anteriormente - adultos em perfeitas condições físicas), para um processo participativo com envolvimento e diversidade.

Consequentemente, o envolvimento multigeracional nos espaços da cidade, alcançado através de “espaços de permanência, com atividades mais interativas ou contemplativas”, promove a diminuição do isolamento que acomete grande parte dos idosos e estimula a percepção das gerações recentes no que diz respeito às necessidades do outro. (WRI BRASIL, 2018)

Destaca-se como exemplo de espaço integrador de gerações a Praça Xavier de Brito, localizada no Rio de Janeiro. A praça, que conta com diversas atividades,

reúne crianças adultos e idosos em um único espaço comum. Esses últimos, para são o grupo mais representativo, de acordo com Monteiro (2008).

Em estudo desenvolvido pela mesma autora, percebe-se o fortalecimento dos vínculos familiares e interpessoais entre os frequentadores do espaço, de modo que, durante a pesquisa de campo de seu trabalho, observou:

A princípio, as atitudes dos adultos pareciam atrapalhar as crianças em suas explorações. Mas, considerando-se como têm sido poucos os momentos de convivência entre pais e filhos, devido ao número de horas que passam fora de casa, uma outra hipótese foi construída: os pais aproveitam essa ocasião para estarem com seus filhos e, nesse sentido, a praça é somente o pano de fundo para a relação entre eles. Mesmo em novos moldes, com atividades relacionadas ao consumo, esse ainda é um espaço de encontro. Os adultos brincam, desafiam e encorajam as crianças, incentivando suas conquistas. São olhares de cumplicidade e muita paixão. (MONTEIRO, 2008)

**Figura 35** - Diferentes faixas etárias em convívio na Praça Xavier de Brito



Fonte: Veja Rio, 2015

- **Ruas caminháveis, brincáveis e livres**

*“Eu gostei, no passeio, de andar no meio da rua. É legal que não tem carro, a gente pode brincar onde quiser” (P. A., 5 anos, morador da Vila Cascavel)*

É indiscutível, após as discussões propostas neste trabalho, que as vivências de rua possuem papel primordial na formação do ser enquanto cidadão e sociedade. A “Playing out”, organização não governamental da Inglaterra que atua com projetos que visam a garantia do direito de brincar, elencou benefícios advindos das brincadeiras de rua, a saber:

- É semi-supervisionado – as crianças podem brincar enquanto os adultos se dedicam as atividades domésticas;
- Encoraja o brincar livre – as crianças seguem suas próprias ideias e interesses;
- É fácil de organizar e na porta de casa – crianças gostam de brincar perto de casa e não é necessário levá-las a lugar nenhum;
- Provê espaço para grandes e enérgicas brincadeiras – a maioria das praças é pequena demais para pedalar uma bicicleta ou andar de patinete e muitas crianças não tem acesso a um parque de maneira independente;
- Desenvolve um maior espírito comunitário onde vizinhos zelam uns pelos outros;
- As crianças encontram e fazem amizade com crianças de outras escolas e faixas etárias. (LACERDA, 2015)

A psicóloga Tania Ramos Fortuna, professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também aponta que além dos benefícios à saúde do corpo, brincadeiras ao ar livre proporciona liberdade de movimento e, através dele, autoconhecimento. “Tudo se torna mais distante e amplo em comparação com o quarto e demais ambientes fechados. Com isso, a criança precisa explorar o espaço em outra escala: deslocar-se, conduzir objetos e ocupar o entorno com próprio corpo” (LOPES, 2016)

Entender o pedestre como elemento prioritário na construção de uma cidade é o primeiro passo na busca por medidas que alcancem a infância participativa. Só através da formulação de sistemas viários inclusivos, - portanto bem sinalizado, com escalas diversas e usos diversificados – pode tornar as ruas espaços de usufruto, não de temor.

Em Edimburgo, na- Escócia, a prefeitura adotou a iniciativa de promover a restrição de veículos em 500 ruas no período de férias escolares. Em fomento,

também disponibilizam equipamentos diversos para brincadeiras. Em entrevista com 186 adultos frequentadores das ruas fechadas, foi constatado que 80% das crianças usuárias do espaço aprimoraram habilidades físicas ou sociais, 91% se aproximaram de seus vizinhos e 84% desenvolveram sentimentos de pertencimento aos bairros. (MALACARNE, 2019)

**Figura 36** - Crianças brincando em ruas fechadas de Edimburgo, Escócia



Fonte: MALACARNE, 2019

No Brasil, iniciativa semelhante ocorre na Avenida Paulista, fechada ao trânsito de veículos aos domingos. Iniciada por um grupo de coletivos da capital, o movimento se iniciou como um teste em 2015, no qual pesquisou-se o perfil dos usuários e opiniões.

Por fim, o compilado das informações coletadas culminou na criação do Programa Ruas Abertas, ampliado para 31 vias nas prefeituras regionais. (Cidade Ativa, 20-)

Os exemplos citados de Edimburgo e São Paulo possuem fácil aplicação e resultados facilmente percebidos. Apesar de escalas diferentes, ambos contribuíram significativamente para o envolvimento infantil em suas regiões.

**Figura 37 - Brincadeira de rua na Avenida Paulista**



Fonte: PEIXOTO, 2017

- **Autonomia urbana**

*“Para a escola eu venho andando, mas nunca sozinha. Em lugar nenhum eu posso ir sozinha. “ (C.G., 5 anos, morador da Vila Cascavel)*

As cidades necessitam desenvolver estratégias para que suas crianças de desenvolvam autonomamente em relação ao espaço. Além de estimular a cognição, o pensamento lógico e memórias afetivas, permitir que a infância seja permeada de livre movimento urbano contribui para a desmistificação da cidade enquanto espaço de perigo e insegurança.

Visscher e Bie (2008) afirmam que há duas perspectivas sobre o uso do espaço público urbano pelas crianças e que elas afetam as estratégias de educação e socialização. A primeira propõe que a criança seja protegida dos perigos ofertados pela cidade, o que resulta em segregação e separação dos espaços frequentados, ficando a criança restrita a maior parte do tempo aos ambientes institucionalizados: escola, casa e instituições recreacionais. A segunda argumenta que a criança deve ser preparada e estimulada para se tornar capaz de se mover, independentemente e de forma segura, nos espaços públicos urbanos, podendo acessar as oportunidades de socialização ofertadas pela cidade, tornando-se “amiga da cidade” (usuária e conhecedora dos recursos de uma cidade). (SABBAG, KUHNEN e VIEIRA, 2015)

Ainda de acordo com Sabbag, Kuhnen e Vieira (2015), a mobilidade infantil desenvolve representações de memória, percepção e identificação a medida que o crescimento acompanha as oportunidades de exploração dando liberdade de ação e interação com os espaços vividos.

As alternativas de proporcionar autonomia na infância parte do mapeamento dos locais de maior frequência das mesmas, seus locais de maior trânsito e sensações despertadas em seus trajetos. Partindo desse ponto, é possível repensar o design urbano com rotas seguras atrativas e confiáveis, tendo como célula motriz a reeducação dos pais e da sociedade como um todo para os benefícios da autonomia.

Na cidade de Seul, ações voltadas para a segurança infantil no espaço urbano reduziram em 97% os atropelamentos infantis. Tal mudança envolveu a criação de zonas escolares, áreas mapeadas de acordo com o raio de movimentação das crianças nas quais o fluxo de veículos era regulamentado.

Na Índia, a ONG Shaishav também se utiliza da autonomia do movimento infantil para apontar os problemas de suas comunidades, e assim, também incentivar que busquem soluções. (MALACARNE, 2019)

**Figura 38** - Crianças apontando problemas em sua comunidade na Índia



Fonte: MALACARNE, 2019

- **Espaços livres e verdes**

*“Tem que ter planta e grama e animais. Parquinho também, mas na sombra [...]” (G. S., 5 anos, morador da Vila Cascavel)*

A crianças, cada vez mais conectadas à tecnologia e espaços fechados, possuem contato com espaços livres e naturais limitados ou, por vezes, inexistente. Mas, de acordo com estudo publicado no Journal PNAS, a vivência em espaços verdes na fase infantil diminui em 55% as chances de desenvolvimento de transtornos mentais. (ONGARATTO, 2019)

Planejadores urbanos devem inserir em suas agendas a ressignificação dos espaços livres públicos e verdes como elementos fundamentais para desenvolvimento das crianças. Além dos tradicionais espaços de lazer como parques, projetos como hortas comunitárias incentivam as relações interpessoais e senso de responsabilidade nas crianças envolvidas.

Christian Svenning, co-autor do estudo citado anteriormente complementa que

O acoplamento entre saúde mental e acesso a espaços verdes em sua área local é algo que deve ser considerado ainda mais no planejamento urbano para garantir cidades mais verdes e saudáveis e melhorar a saúde mental dos residentes urbanos no futuro (ONGARATTO, 2019)

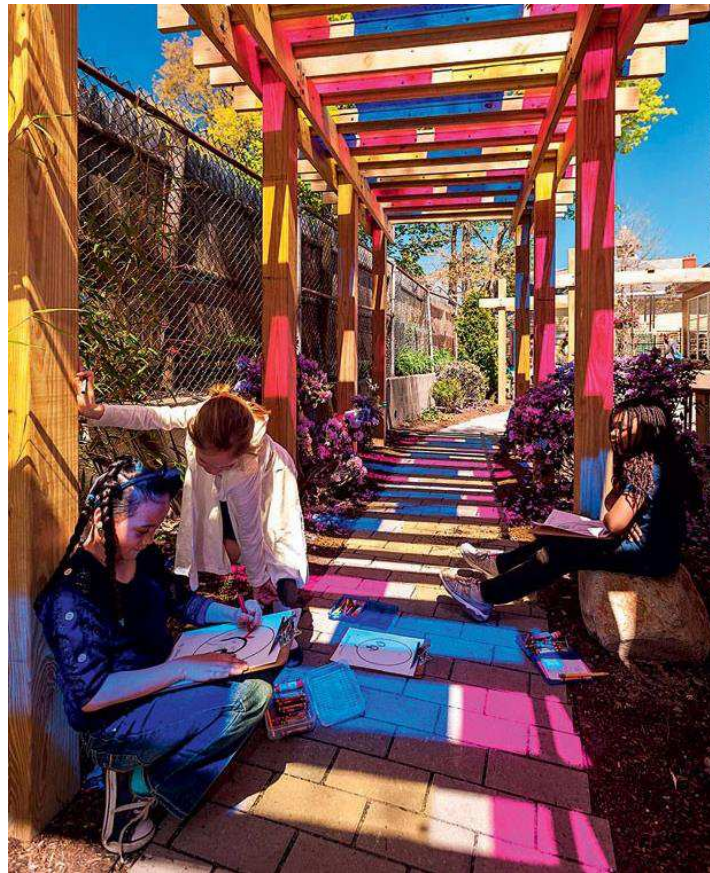
Em Boston, no Estados Unidos, as áreas livres das escolas públicas foram transformadas em áreas verdes: “minibosque, campo de flores, hortas, bancos rústicos e brinquedos que estimulam a criatividade”. Como resultado, pesquisas apontaram que os alunos desenvolveram maior interesse pelas matérias que passaram a ser ministradas nesses locais e diminuição da evasão escolar. (MALACARNE, 2019)

No Brasil, projeto desenvolvido pela prefeitura de Araraquara, São Paulo, transformou um antigo lixão improvisado em horta comunitária cultivada pelos moradores com inclusão das crianças no manejo.

Além da importância do consumo consciente saudável, as crianças aprendem sobre sustentabilidade ambiental e as dinâmicas dos cultivos. Maria Clara de Souza, de 12 anos e voluntária na horta afirma, em entrevista: “Eu não comia berinjela e aqui eu aprendi a comer. Aqui a gente preserva a natureza”. (G1 São Carlos e Araraquara, 2018)



**Figura 39 - Pátio de escola em Boston**



Fonte: MALACARNE, 2019

**Figura 40 - Criança em horta comunitária de Araraquara**



Fonte: G1 São Carlos e Araraquara (2018)

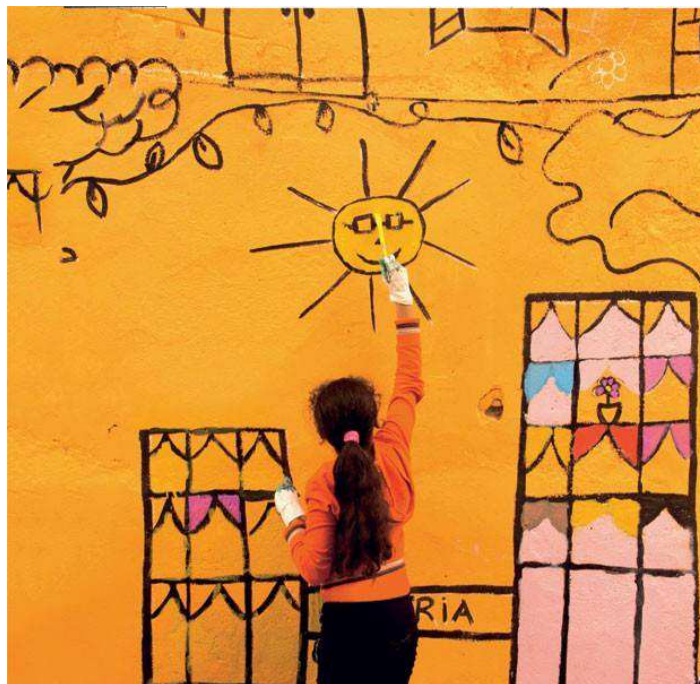
- **Cidade lúdica e criativa**

“Eu queria eu a cidade fosse mais colorida, que tivesse mais brinquedos [...]” (A. M., 5 anos, moradora da Vila Cascavel)

Entende-se por espaços lúdicos aqueles que favorecem as manifestações inerentes à brincadeira, jogos, leitura e diversão. Para tal, paralelamente ocorrem estímulos a expressões corporais, sonoras, verbais e plásticas. (Direito fundamental à brincadeira, 2015)

As cidades devem proporcionar espaços que se incluam nas capacidades imaginativas da criança. Iniciativas como a desenvolvida no bairro do Glicério, São Pulo, também já discutidas nesta pesquisa, revelam que é possível a transformação de uma comunidade através do envolvimento das crianças e que transformar os espaços de maneira a agradar-lhes o olhar é um importante passo na formação de cidadão conscientes.

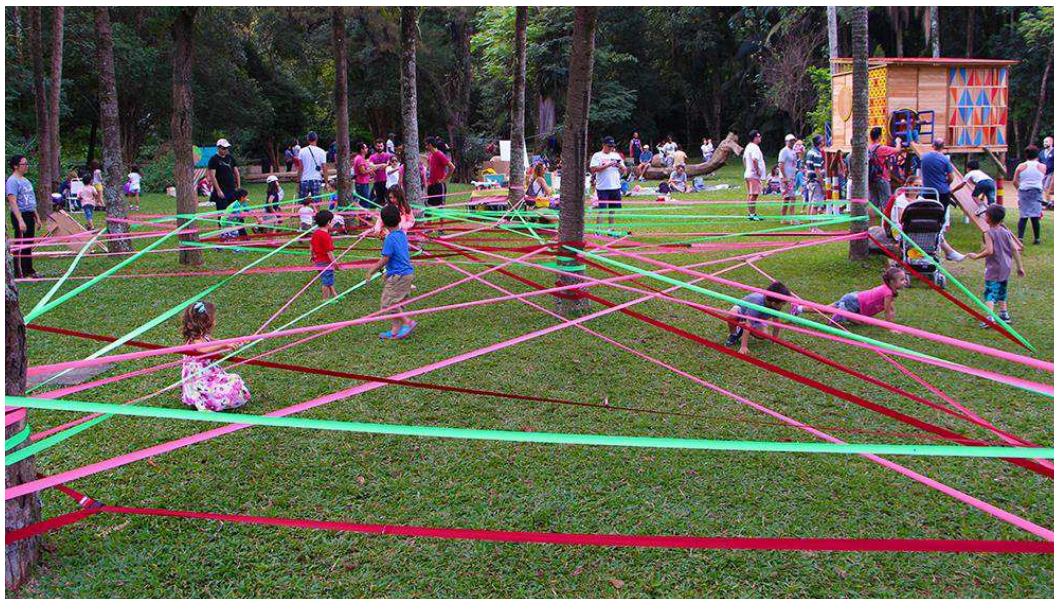
**Figura 41** - Crianças pintando fachada na iniciativa do bairro Glicério



Fonte: MALACARNE, 2019

A iniciativa Erê Lab, datada de 2014 surgiu com proposta semelhante no Rio de Janeiro, criando novas estruturas infantis em espaços públicos, também pautada em inserir criatividade no espaço urbano. (LEAL, 2016)

**Figura 42 - Espaço desenvolvido pelo Erê Lab**



Fonte: LEAL, 2016

Também é possível se obter espaços lúdicos através das intervenções efêmeras no meio urbano, caracterizadas, como explana o próprio nome, pela impermanência das intervenções. Assim é possível causar grande impacto nos espaços e contribuir para a integração infantil através dos mesmos.

**Figura 43 - Mobiliário efêmero para crianças**



Fonte: GAETE, 2014

- **Fomento aos espaços públicos, culturais e tradicionais**

*“Eu queria que a pracinha não fosse tão longe. Na verdade, eu queria que tivesse mais, uma em cada rua!” (M. S, 5 anos, moradora da Vila Cascavel)*

Sobarzo (2003) se refere aos espaços público em um amplo sentido de local onde ocorrem relações sociais e que se adequa às transformações urbanas, remodelando seus usos e o tipo de cultura apropriativa do local

Gomes (2002) também corrobora a esse pensamento quando explana:

Fisicamente o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, shopping, praia, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer tipo de pessoa. Essa condição deve ser uma norma respeitada e revivida, a despeito de todas as diferenças e discórdias entre os inúmeros segmentos sociais que aí circulam e convivem, ou seja, as regras do convívio e do debate devem ser absolutamente respeitadas (GOMES. 2002, p 162).

A valorização de espaços públicos e a inserção destes nas memórias afetivas da infância fortalecem os ideais de identidade cultural, implantando, em uma perspectiva futura, cidadãos motivadores de espaços mais democráticos e culturalmente diversos.

Segundo a organização Project of Public Spaces (PPS), para um espaço público ser considerado bom, deve atender a quatro atributos principais que, aliados ao contexto local, configuram sociabilidade, usos e atividades, acessos e vínculos, conforto e imagem. Estes, por sua vez, abrangem características intangíveis e critérios mensuráveis. (GAETE, 2016)

Afim se seguir tais princípios e proporcionar a revitalização de espaços públicos, uma união de coletivos de São Paulo desenvolveu o projeto chamado “Se Liga na Praça”, para, juntamente com os usuários desses espaços, subprefeituras e instituições locais, promover a melhoria desses ambientes. (TANSCHHEIT, 2016)

Nota-se, portanto, a preocupação crescente em diversas regiões com a ampliação dos espaços comuns das cidades, a fim de promover um urbanismo humanizado que afeta social e culturalmente desenvolvimento das crianças.

**Figura 44 - Atributos do bom espaço público segundo a PPS**



Fonte: GAETE, 2016

**Figura 45 - Criança durante ação do projeto “Se Liga na Praça”**



Fonte: TANSCHUIT, 2016

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As inquietações que permearam este trabalho concentram sua importância na ampliação dos conhecimentos em relação à infância e sua relação com os espaços, de modo que esta apresenta-se não apenas como agente passivo diante da construção do ambiente urbano, mas também como possível autora da cidade.

Discutir aspectos relacionados às cidades, cada vez mais efusivas e carentes de soluções sociais e urbanas, é muito relevante para a compreensão das mudanças e necessidades contemporâneas das populações. Ao incluir as crianças como participantes dotados de opiniões e necessidades nesse processo, implanta-se mudanças de longo prazo, que envolvem não apenas ações imediatas, mas a formação de cidadãos.

Os estigmas gerados sobre a infância como fase de impotência perante decisões públicas, afetou principalmente na forma como os planejadores urbanos a incluem nas cidades: escalas inapropriadas, espaços que não atendem suas necessidades de movimentação, e a criação dos espaços públicos como local de perigo. Desse modo, entender a forma como a participação da criança pode impactar na criação de cidades inteligentes e cada vez mais humana, pode ser útil para o desenvolvimento de práticas integradoras entre infância e espaço urbano.

Reforça-se a importância do assunto retratado neste trabalho não apenas para fins de trabalho de políticas ou de planejadores urbanos, mas acima de tudo para o pleno desenvolvimento da população infantil no que diz respeito à identificação, o sentimento de pertencimento em relação à comunidade.

A partir do objetivo de analisar os anseios infantis para uma cidade ideal através de estudo com um grupo de crianças da comunidade Vila Cascavel, verificou-se que, diferente do que costuma-se imaginar, crianças possuem uma visão holística sobre as necessidades de uma comunidade, priorizando elementos muitas vezes negligenciados pelos planejadores, como ambientes naturais e espaços inclusivos, por exemplo.

Não se tratam apenas de mudanças infra estruturais - ter a criança como agente construtor do espaço, tal qual o exemplo de Aveiro e do Projeto CriaCidade, envolve mudanças sociais e políticas. Conclui-se, portanto, que atentar para as necessidades

infantis e suas propostas é ter, acima de tudo, cidades humanas em seus mais complexos atributos: respeitosa, diversa, flexível, autônoma e justa.

A partir dos conteúdos produzidos neste trabalho e a interdisciplinaridade com outras áreas do conhecimento, abre-se caminho para diversas linhas de pesquisa nos campos urbanísticos e psicopedagógicos. Cabem ainda investigações específicas que relacionem outras fases do desenvolvimento ou métodos específicos que envolvam crianças em políticas públicas.

De todo modo, ressalta-se a necessidade de continuação de análises e proposições relacionadas aos conteúdos abordados incluindo as necessidades mais diversas dos indivíduos, haja vista que a cidade é, por direito, de todos.

## REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, Severino; TAVARES, Katia; "Poética da Infância", p. 27 -34. In:**Quem está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças.** São Paulo: Blucher, 2018. ISBN: 9788580393514, DOI 10.5151/9788580393514-04

ARAÚJO, Ronaldo Rodrigues; RANGEL, Mauricio Eduardo Salgado. Crescimento urbano e variações térmicas em São Luis MA. **Revista Geonorte, Edicion Especial**, v. 2, p. 308, 2012.

BANI, Emanuele. **A" Vila" Progresso como produto da desigualdade socioespacial na cidade de São Luís do Maranhão.** 2016. Tese de Doutorado. UEMA.

BASTOS, Pedro Paulo. Praça Xavier de Brito (a praça dos Cavalinhos), Tijuca. **Veja Rio.** 2015. Disponível em: <<https://vejario.abril.com.br/blog/as-ruas-do-rio/praca-xavier-de-brito-a-praca-dos-cavalinhos-tijuca/>> Acesso em: 01 de jul. de 2019

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BICHARA, Ilka Dias et al . Espaços externos para brincar: o olhar das crianças através de fotos. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 13, n. 3, p. 167-179, dez. 2011 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872011000300013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872011000300013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 05 mai. 2019.

BRAGA, Roberto. Política urbana e gestão ambiental: considerações sobre o plano diretor e o zoneamento urbano. **Perspectivas de Gestão Ambiental em Cidades Médias. Rio Claro: LPM-UNESP**, v. 15, n. 0, p. 17-33, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella. A cidade: objeto de estudo e experiência vivenciada. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 9, nov. 2004. ISSN 2317-1529. Disponível em:



<<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/113/97>>. Acesso em: 16 abr. 2019. doi: <http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n2p9>.

BUARQUE, Chico. **A Cidade Ideal**. Disponível em: <<https://www.letras.mus.br/chico-buarque/85819/>>. Acesso em: 29 jun. 2019.

CARPEGIANI, Fernanda. CriaCidade: transformar o espaço público pelo olhar da criança. 2015. Disponível em: <<https://formiga.me/criacidade-transformar-o-espaco-publico-pelo-olhar-da-crianca/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

CHAWLA, Louise (ed.) **Growing up in an Urbanizing World**, 2002, Paris, Londres, UNESCO

CORSI, Daniel. Incursões e diálogos pelo berço do humano (ou sobre quando a arquitetura liberta a cidade). **Estud. av.**, São Paulo , v. 31, n. 91, p. 105-121, dez. 2017 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142017000300105&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142017000300105&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 31 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.3191010>.

CriaCidade: transformar o espaço público pelo olhar da criança – Formiga.me. **YouTube**. 17 nov. 2015. 1min58s. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=QhDq\\_Us8KHY&feature=youtu.be](https://www.youtube.com/watch?v=QhDq_Us8KHY&feature=youtu.be) > Acesso em 25 mai. 2019.

COSTA, Gilberto. **Desigualdade social aumenta vulnerabilidade de crianças e adolescentes**. 2009. Disponível em: <<https://direito-do-estado.jusbrasil.com.br/noticias/1528096/desigualdade-social-aumenta-vulnerabilidade-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 09 jun. 2019.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO (Rio de Janeiro) (Ed.). **Futuro das cidades depende do deslocamento das crianças**. 2018. Disponível em: 105

<[https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/02/04/interna\\_vidaurbana,740130/mobilidade-infantil-carros-nao-sao-unica-opcao-de-deslocamento-para-c.shtml](https://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/vida-urbana/2018/02/04/interna_vidaurbana,740130/mobilidade-infantil-carros-nao-sao-unica-opcao-de-deslocamento-para-c.shtml)>. Acesso em: 07 mai. 2019.

DIAS, Marina Simone. Brincando na cidade, crescendo em cidadania: um estudo sobre os parques infantis de Barcelona, Espanha. **Oculum ensaios**, v. 14, n. 3, p. 501-522, 2017.

DIAS, Marina Simone; FERREIRA, Bruna Ramos. Espaços públicos e infâncias urbanas: a construção de uma cidadania contemporânea| Public spaces and urban childhoods: the construction of a contemporary citizenship. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 17, n. 3, p. 118, 2015.

DINIZ, Juarez Soares. **A dinâmica do processo de segregação socioespacial em São Luís (MA): O caso da Vila Cascavel**. São Luís: MPP/UFMA, 1999, (Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas)

DINIZ, Juarez Soares. As condições e contradições no espaço urbano de São Luís (MA): traços periféricos. **Ciências Humanas em Revista**, v. 5, n. 1, p. 169-171, 2007.

DINO, Flávio. Cuidar das crianças. **Governo do Maranhão**, São Luís, 25 de junho de 2017. Disponível em: < <https://www.ma.gov.br/artigo-cuidar-das-criancas/>>. Acesso em: 10 de jun. de 2019.

Direito fundamental à brincadeira | O que fazer?- Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. **YouTube**. 21 de mai de 2015. 3min33s. Disponível em: < [https://www.youtube.com/watch?v=nhe7K8x\\_cu4&feature=youtu.be&t=127](https://www.youtube.com/watch?v=nhe7K8x_cu4&feature=youtu.be&t=127)> Acesso em 01 de jul. de 2019

FRANÇA, Ana Luiza Paiva de. **TEATRO INFANTIL – HISTÓRIA, REFLEXÕES E CAMINHOS**. 2012. 42 f. Monografia (Especialização) - Curso de Produção Cultural, Universidade Federal Fluminense,, Niterói, 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/8275850-Ana-luiza-paiva-de-franca-teatro-infantil-historia-reflexoes-e-caminhos.html>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

FRANCO, José Tomás. **O ser humano como medida da arquitetura**. 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/623095/o-ser-humano-como-medida-da-arquitetura#>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

G1 São Carlos E Araraquara. 'Lixão' vira horta comunitária cuidada por crianças e moradores em Araraquara, SP. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/lixao-vira-horta-comunitaria-cuidada-por-criancas-e-moradores-em-araraquara-sp.ghtml>>. Acesso em: 01 jul. 2019

GAETE, Constanza Martínez. **Intervenção urbana como assunto de aula**. 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/626195/intervencao-urbana-como-assunto-de-aula>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

GARDENBERG, A. **Arquitetura do medo**. São Paulo, 2008.

GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. 2013.

GOMES, Elisabete Maria Xavier Vieira. **Perspectivar as cidades como" espaços públicos de educação" de crianças**. 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOVERNO e Unicef promoverão ações integradas em prol das crianças e adolescentes. **Governo do Maranhão**, 2019. Disponível em: <<http://www.ma.gov.br/agenciadenoticias/desenvolvimento/governo-e-unicef-promoverao-acoes-integradas-em-prol-das-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 10 de jun. de 2019

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2000.

JULIO LAMAS (Rio de Janeiro). **Enrique Peñalosa: “As calçadas são para brincar, conversar, namorar...”**. 2015. Disponível em: <<http://conexaoplaneta.com.br/blog/enrique-penalosa-as-calçadas-são-para-brincar-conversar-namorar/>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

KUHNEN, Ariane; SILVEIRA, Scheila Machado da. Como crianças percebem, idealizam e realizam o lugar onde moram. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 19, n. 3, p. 295-316, set. 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-65642008000300003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-65642008000300003&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 24 maio 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642008000300003>.

LA FRANCE PITTORESQUE (Ed.). **Saint Nicolas: vie, miracles, légendes**. 2017. Disponível em: <<https://www.france-pittoresque.com/spip.php?article939>>. Acesso em: 07 mai. 2018.

LACERDA, João. **A importância das brincadeiras de rua**. 2015. Disponível em: <<http://transporteativo.org.br/wp/2015/09/18/a-importancia-das-brincadeiras-de-rua/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

LEAL, Ubiratan. **Espaços de brincadeira conectam as crianças com as áreas públicas**. 2016. Disponível em: <<http://outracidade.com.br/espacos-de-brincadeira-conectam-as-criancas-com-as-areas-publicas/#3>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

LIMA, João Ademar de Andrade. **Urbanismo como ciência, técnica e arte: sua política e sua proteção legal**. 2002. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/760>>. Acesso em: 23 maio 2019.

LIMA, Juliana Domingos de. 50 anos de ‘**O Direito à Cidade**’. E como o conceito ganha novos contornos. 2018. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2018/05/20/50-anos-de-%E2%80%98O-Direito-%E2%80%99-a-Cidade>>

Direito-%C3%A0-Cidade%E2%80%99.-E-como-o-conceito-ganha-novos-contornos>. Acesso em: 08 jun. 2019.

LOPES FILHO, José Almeida; SILVA, Sílvia Santos da. **Antropometria. Sobre o homem como parte integrante dos fatores ambientais:** Sua funcionalidade, alcance e uso. 2003. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.042/642>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

LOPES, Noêmia. Brincar ao ar livre faz bem! 2016. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Brincar-e-preciso/noticia/2015/02/brincar-ao-ar-livre-faz-bem.html>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

LUZ, Giordana Machado da; RAYMUNDO, Luana dos Santos; KUHNEN, Ariane. Uso dos espaços urbanos pelas crianças: uma revisão. **Psicol. teor. prat.**, São Paulo , v. 12, n. 3, p. 172-184, mar. 2010 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-36872010000300014&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872010000300014&lng=pt&nrm=iso)>. Acessos em 05 mai. 2019.

LUZ, J. S. da. **Lutas por moradias e expansão do espaço urbano na cidade de São Luís.** Dissertação de Mestrado em Políticas Públicas. São Luís, UFMA, 2004

MARCÍLIO, Maria Luiza. **A lenta construção dos direitos da criança brasileira.** Século XX. Revista USP (Dossiê Direitos Humanos no Limiar do Século XXI): 37: Mar-Abr- Mai: 1998: 46 – 57. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Obras-recentemente-publicadas/a-lenta-construcao-dos-direitos-da-crianca-brasileira-seculo-xx-1998.html>>. Acesso em 25 abr. 2019

MARCONDES, Gláucia. Arranjos domiciliares multigeracionais: perfil e aportes em domicílios compostos por avós e netos. **Anais**, p. 1-16, 2017.

MENDES, Maria da Glória Castro. **A criança e as políticas públicas: cidade amiga das crianças em Aveiro**. 2013. 78 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Administração e Gestão Pública, Universidade de Aveiro, Aveiro, 2013. Disponível em: <<https://ria.ua.pt/handle/10773/12330>>. Acesso em: 13 maio 2019.

MINHA VELHA SÃO LUÍS. 2018. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Bj3ln-mDeYZ/>> . Acesso em 25 maio 2019.

\_\_\_\_\_. 2019. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/Bj3ln-mDeYZ///>> . Acesso em 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. 2019. Disponível em: < <https://www.instagram.com/p/Bv-KnQbhZvO//>> . Acesso em 25 maio 2019.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. **Infância e Cidade: crianças e adultos em um espaço público**. Disponível em: < <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/infancia-e-cidade-criancas-e-adultos-em-um-espaco-publico>> Acesso em: 01 de jul. de 2019

NETO, Santos et al. **Arquitetura do medo e seus reflexos no espaço urbano de Feira de Santana: o caso do bairro Santo Antônio dos Prazeres**. 2016.

OLIVEIRA, Carlos Alberto. **Colin Ward: A escola e a cidade**. 2016. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/15.177/6189>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

OLIVEIRA, Fabiana de. **Reflexões a respeito de uma experiência de participação infantil no Brasil envolvendo os espaços urbanos e a perspectiva das crianças**. Rev. Port. de Educação, Braga , v. 30, n. 1, p. 157-179, jun. 2017 . Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0871-91872017000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872017000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 05 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.21814/rpe.8688>.

ONGARATTO, Sabrina. **Crianças que crescem perto da natureza têm 55% menos risco de desenvolver transtornos mentais no futuro**. 2019. Disponível em: <<https://revistacrescer.globo.com/Crianças/Saude/noticia/2019/03/criancas-que>

crescem-perto-da-natureza-tem-55-menos-risco-de-desenvolver-transtornos-mentais-no-futuro.html>. Acesso em: 01 jul. 2019.

O que é uma cidade? - Be.Living - Educação Bilíngue. **YouTube**. 17 out. 2016. 1min35s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=St-9UhmIMZs>> Acesso em 07 mai. 2019.

O que faz uma Cidade ser Criativa? - TEDx Talks. **YouTube**. 7 de jul de 2014. 18min26s. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=M8pSOzpdEol&t=98s>> Acesso em 29 de jun. 2019.

PARA A UNICEF, Comitê Português. **Guia para a construção de Cidades Amigas das Crianças**. 2016.

PEIXOTO, Fernanda. **Na sua cidade as crianças ainda brincam na rua?** . 2017. Disponível em: <<http://conexaoplaneta.com.br/blog/na-sua-cidade-as-criancas-ainda-brincam-na-rua/>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

PETRUS, Júlia Kátia Borgneth; JUNIOR, Magno Vasconcelos Pereira. **A desigualdade socioespacial de São Luís (MA) demarcada pelos seus bairros**. Ateliê Geográfico, v. 9, n. 2, p. 170-189, 2015.

PRADO, Barbara Irene Wasinski. Estruturas Significantes e Ativas da Paisagem Insular do Norte da Ilha de São Luís (em Andamento). **Laboratório da Paisagem e do Ambiente Construído-LAPA**. Departamento de Arquitetura e Urbanismo-UEMA. São Luís: UEMA, Agosto de 2014 a agosto de 2020.

PRAXEDES, Marco. **Quem faz a cidade?** O Estado CE, Ceará, 20 de nov. de 2015. Disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/opiniaio/quem-faz-a-cidade>>. Acesso em: 02 de abr. de 2019.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA (Org.). **Inspire-se - Criança Fala na Comunidade – Escuta Glicério.** 2016. Disponível em: <<http://primeirainfancia.org.br/criancaeoespaco/inspire-se/inspire-se-crianca-fala-na-comunidade-escuta-glicerio/>>. Acesso em: 23 maio 2019.

SABBAG, Gabriela Mello; KUHLEN, Ariane; VIEIRA, Mauro Luís. Uma mobilidade independente da cidade em centros urbanos. *Interações (Campo Grande)*, Campo Grande, v. 16, n. 2, p. 433-440, dezembro de 2015. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-70122015000200433&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122015000200433&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 01 de jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1518-70122015217>.

SANTANA, Maria José. **Crianças pedalam de casa à escola num "comboio" conduzido por pais.** 2018. Disponível em: <<https://www.mobilize.org.br/noticias/11268/criancas-pedalam-de-casa-a-escola-num-comboio-conduzido-por-pais.html>>. Acesso em: 20 maio 2019.

SÃO PAULO SÃO. **As crianças do Glicério recriam e reencantam a metrópole.** 2016. Disponível em: < [https://saopaulosao.com.br/nossas-pessoas/1245-as-crian%C3%A7as-do-glic%C3%A9rio,-em-s%C3%A3o-paulo,-recriam-e-reencantam-a-metr%C3%B3pole.html#](https://saopaulosao.com.br/nossas-pessoas/1245-as-crian%C3%A7as-do-glic%C3%A9rio,-em-s%C3%A3o-paulo,-recriam-e-reencantam-a-metr%C3%B3pole.html#/)>. Acesso em: 23 maio 2019.

SOUSA, Patrícia Paula Alves de et al. **Planejamento e controle diante da nova Lei de Responsabilidade Fiscal na gestão pública de municípios com até 50.000 habitantes.** 2003.

TOMAZ, Kleber; SOARES, Will. **Cracolândia se expandiu da Luz para mais 7 bairros de SP e pode aumentar, diz MP.** 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/cracolandia-se-expandiu-da-luz-para-mais-7-bairros-de-sp-e-pode-aumentar-diz-mp.ghtml>>. Acesso em: 23 maio 2019.



TOTTI, Paulo. **Glicério, o submerso retalho da Liberdade**. 2007. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/ult76u311773.shtml>>. Acesso em: 23 maio 2019.

TREVISAN, Gabriela. **Cenários de participação política de crianças e jovens em contexto local: análise de uma experiência**. Atas do VII Congresso da APS. 2012  
ZATARAIN, Karina. **Urbanismo inclusivo: empoderando as crianças em nossas cidades**. 2017. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/867175/urbanismo-inclusivo-empoderando-as-criancas-em-nossas-cidades>>. Acesso em: 23 maio 2019.

PAULA MENDONÇA (Rio de Janeiro). **Se essa rua fosse minha, eu mandava criança brincar!** 2017. Disponível em: <<http://conexaoplaneta.com.br/blog/se-essa-rua-fose-minha-eu-mandava-crianca-brincar/>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SANTOS, Natalia de Almeida; NASCIMENTO, Camilla Barreto Ribeiro; PINTO, Paula Sanders Pereira. Perspectivas acerca de parquinhos públicos quanto a acessibilidade, atratividade e segurança. **Seminário Estudantil de Produção Acadêmica**, v. 13, 2014.

SARMENTO, Manuel Jacinto; "Retrato em Positivo", p. 7 -16. In: **Quem está na escuta? Diálogos, reflexões e trocas de especialistas que dão vez e voz às crianças**. São Paulo: Blucher, 2018.

SILVA, Eduardo. **Parquinhos são os espaços públicos mais mal avaliados em SP**. 2018. Disponível em: <<https://32xsp.org.br/2018/10/17/parquinhos-publicos/>>. Acesso em: 07 mai. 2019.

SILVA, Gerardo. Entre a representação e a revelação. Kevin Lynch e a construção da imagem (do nomadismo) da cidade. **Lugar comum**, nº30, p. 165-175, 2010.

SOBARZO, Oscar. **A produção do espaço público: da dominação à apropriação**. São Paulo, USP, 2003.

STORCH, Carla Ribeiro do Lago. **Estudo sobre os fatores de medo e os fatores de proteção na infância em uma visão junguiana: criação de instrumento para avaliar medo e proteção na Infância.** 2016. 164 f. Tese (Doutorado em Psicologia: Psicologia Clínica) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

TONUCCI, Francesco. Ciudades a escala humana: la ciudad de los niños Cities at human scale. Children's city. **Revista de educación nº extraordinario año 2009. Educar para el desarrollo sostenible**, p. 147.

WRI BRASIL. **Como construir cidades para as crianças em 14 intervenções.** 2018. Disponível em: < <https://wribrasil.org.br/pt/blog/2018/10/como-construir-cidades-para-criancas-em-14-intervencoes>> Acesso em: 01 de jul. de 2019.

## APÊNDICE A – ENTREVISTA

**Entrevistada:** Terezinha de Jesus Lins de Azevedo, 79 anos.

**P:** Como você descreveria sua infância?

**E:** Minha infância era brincar, conversar, ter muitas colegas...brincava em casa, brincava muito de casinha, de cozinhar. Na rua, a gente brincava de roda, de *pegador*, de esconder. Foi tudo tranquilo porque tudo era na brincadeira. A gente passeava muito com as bonecas, passava de casa em casa. A gente brincava só, não *tinha p*

**P:** Quais memórias você tem da cidade daquela época?

**E:** Ah! Era muito boa! Não tinham essas casas como são hoje. As casas era “porta e janela”, não tinha terraço nem muro. O terraço era a rua. A gente ia *pra* todo lugar andando, as ruas não tinham muito ônibus, tudo era perto. Mas isso quando se morava no centro mesmo, como a gente. Quando nos mudamos *pro* lado da Jordoa, João Paulo e Filipinho, aí já tinha mais ônibus, tinha bonde. As pessoas pegavam muito bonde, porque era mais prático. A violência, não tinha. Não tinha ladrão, não tinha nada. Era muito organizado. Nesse tempo não tinha tanta sujeira, tinha até gente *pra* limpar as ruas. Limpavam a sarjeta e até aqueles esgotos que tem no meio da rua com a tampa de ferro. Eles desciam ali, limpavam, e não tinha *entupição*.

**P:** Quais memórias você tem dos lugares em que você morou?

**E:** As casas eram porta e janela, meia morada... na Rua das Hortas era assim. Não tinha casa com terraço. Só tinha janela. Casas boas. As ruas também eram boas, eram *tudo* de paralelepípedo, não era de pinche não. Os homens da limpeza que eu falei tinham um trabalho grande. A gente até ia limpar com eles! (*risos*) a gente também limpava as sarjetas, ruas. Não é como aqui, que ninguém liga. Hoje em dia o morador que tem que limpar. Aqueles esgotos que tem na rua, eles desciam, *botava* a bandeirinha vermelha e um ficava em cima, e o outro descia, ia embora. A gente dizia assim “ele vai morrer, ele vai morrer!” (*risos*) A gente ainda ia espiar eles limpando. É, minha filha, as coisas eram mais simples, mas *era tudo* organizado.

**P:** Quais os sentimentos você tem a respeito dos lugares abaixo?

**E:** *(Figura 12)* Ah, eu vivia nesse coreto! Brincava de pão-duro, cantava, fazia roda, dançava. Todas as brincadeiras de criança.

*(Figura 13)* Fonte de Ribeirão, a gente ia passear lá com papai. Mas não ia muito porque já era mais longe. A gente morava na Rua da Hortas. Não era tão longe, mas a gente preferia ficar mais perto. Porque, qualquer coisa, a gente corria *pra casa!* A gente brincava sozinha, não tinha medo de ficar na rua.

*(Figura 14)* A praça do Gonçalves Dias, olha ele lá em cima. *(risos, aponta para a estátua na foto)* A gente dizia que ele espiava as moças tomando banho. *(risos)* Tinha muita palmeira, era linda. E muita gente namorando também, era a praça dos namorados. Frequentei demais porque era bem perto, eu e minha irmãs *ia* pro catecismo na igreja. De lá a gente ficava na praça. Só criança. Corria por tudo, descia até a Maria Aragão. Tinha as canoinhas *tudinho* lá. Os pescadores vinham, encostavam e a gente entrava em todas as canoas. Minha irmã mais nova, uma vez, foi com um sapato branco novinho. Enfiou o pé na lama e passou o resto do dia se escondendo de mamãe. Ela tinha uns 7 anos. Eu tinha uns 9. Ah! Ainda tinha uma banda que tocava dentro do coreto, todo dia, cinco horas. Aí a gente dizia assim “*bora* assistir a banda *pra* gente dançar.”

**P:** Como você se sente em relação a realidade atual desses lugares?

**E:** Tudo mudou né. Agora *tudo é* moderno, mas tem muita coisa abandonada. As pessoas não ligam muito *pra* isso de história, o centro tem muitas partes bem depredadas. Agora lá na *(Praça)* Deodoro *tá* bonito, o povo *tá* usando de novo. Mas os outros lugares da parte antiga, *é* muito triste. Eu nem gosto mais de passar muito por *alí* quando vou *pro* médico. *É* muita desorganização e depredado.

**P:** Como você vê a infância na atualidade?

**E:** As crianças de hoje em dia são mais inteligentes que as de antigamente. *(risos)* Já nascem todas com celular na mão, mas ninguém brinca mais, e nem saem do quarto. Eu tive uma infância muito boa, essas de hoje, eu não sei como *vai* ser no futuro. Menino não *bota* mais nem o pé no chão, quem dirá na rua! *(risos)*

APÊNDICE B – ATA ILUSTRADA



MAS, AFINAL, QUE QUEREM AS

CRIANÇAS?



E SE

TODO MUNDO VAI BRINCAR!!

ESPAÇOS URBANOS MULTIGERACIONAIS

~~SE~~ ESSA RUA <sup>É</sup> ~~FOSSE~~ MINHA...

EU POSSO ANDAR SOZINHO

AUTONOMIA URBANA



NESSA RUA, NESSA RUA TEM UM BOSQUE

ESPAÇOS VERDES LIVRES



CIDADE PARA MORAR E BRINCAR

CIDADE LÚDICA E CRIATIVA

UMA PRACINHA PARA CHAMAR DE MINHA

ELEMENTOS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

## REFERÊNCIAS

GAETE, Constanza Martínez. Intervenção urbana como assunto de aula. 2014. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/626195/intervencao-urbana-como-assunto-de-aula>>. Acesso em: 01 jul. 2019.

